



Energisa Sergipe | Resultados de 2012

Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2012**

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Sergipe" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2012, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 5 de março de 2013.

1 - Considerações Gerais

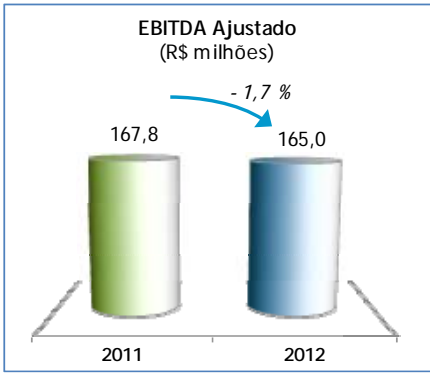
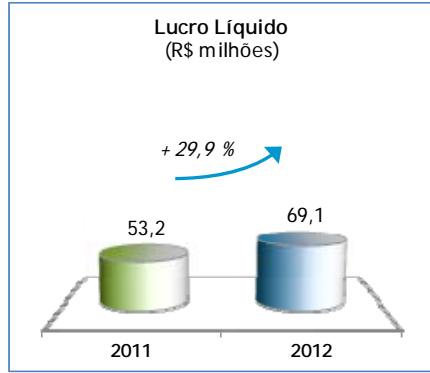
O exercício de 2012 ficou marcado pela continuidade do plano de investimento da Companhia, que prevê diversas obras de ampliação do seu sistema elétrico, visando à constante melhoria na qualidade do fornecimento de energia elétrica, bem como o suporte ao crescimento de mercado.

Os processos de gestão da Energisa Sergipe levaram a empresa a receber, pela primeira vez na sua história, o reconhecimento como Destaque no Critério Clientes no Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ - da Fundação Nacional da Qualidade - FNQ, e em nível regional, a empresa ganhou troféu Ouro no Prêmio de Excelência de Sergipe - PEXSE. A Companhia também recebeu a recertificação ISO 9001:2008 no escopo único "Distribuição de Energia Elétrica", conquistas que confirmam a maturidade e a qualidade da sua gestão.

Na esfera ambiental a Energisa recebeu o Prêmio internacional ICMBio, conferido pelo Instituto Chico Mendes a empresas que se destacam por desenvolverem ações bem sucedidas de responsabilidade social junto a sociedade, contribuindo com a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

2 - Destaques econômico-financeiros

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2012:

Indicadores Econômico-Financeiros	2012	2011	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	1.078,4	942,9	+ 14,4
Receita Operacional Líquida	758,0	652,0	+ 16,3
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	110,3	114,3	- 3,5
EBITDA	152,7	158,8	- 3,8
Resultado Financeiro	(34,4)	(50,7)	- 32,1
Resultado antes dos impostos	75,9	63,7	+ 19,2
<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">  <p>EBITDA Ajustado (R\$ milhões)</p> <p>2011: 167,8 2012: 165,0 Variação: - 1,7%</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Lucro Líquido (R\$ milhões)</p> <p>2011: 53,2 2012: 69,1 Variação: + 29,9%</p> </div> </div>			
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	1.102,6	1.050,1	+ 5,0
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	109,7	111,7	- 1,8
Patrimônio Líquido	366,0	354,2	+ 3,3
Endividamento Líquido	458,5	396,7	+ 15,6
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	652,3	625,2	+ 4,3
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	3.277,3	3.130,3	+ 4,7
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	9,74	10,19	- 0,45 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	21,8	25,7	- 3,9 p.p
Endividamento líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	2,8	2,4	+ 16,7

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

2.1 - Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

A Energisa Sergipe registrou lucro líquido de R\$ 69,1 milhões em 2012 (R\$ 353,19 por ação), o que representa um aumento de 29,9% em relação ao registrado em 2011. Esse avanço do lucro líquido decorre em parte do acréscimo de 16,3% (ou R\$ 106,0 milhões) da receita operacional líquida no período, aliado ao resultado financeiro que apresentou redução de 32,1% (ou R\$ 16,3 milhões). Por outro lado, as despesas operacionais cresceram R\$ 110,0 milhões em 2012. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 165,0 milhões, contra R\$ 167,8 milhões em 2011.

Apresenta-se a seguir a evolução da geração de caixa da Companhia:

Composição da geração de caixa (EBITDA) (R\$ milhões)	Exercício		
	2012	2011	Variação %
(=) Lucro Líquido	69,1	53,2	+ 29,9
(-) Contribuição social e imposto de renda	(6,9)	(10,4)	- 33,7
(-) Resultado financeiro	(34,4)	(50,7)	- 32,1
(-) Depreciação e amortização	(42,3)	(44,5)	- 4,9
(=) Geração de caixa (EBITDA)	152,7	158,8	- 3,8
(+) Receita de acréscimos moratórios	12,3	9,0	+ 36,7
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	165,0	167,8	- 1,7
Margem do EBITDA Ajustado	21,8	25,7	- 3,9 p.p

Com base nos resultados alcançados ao longo de 2012, a Companhia já distribuiu dividendos à conta do exercício no valor de R\$ 41,5 milhões, pagos a partir de: i) 17 de agosto de 2012, correspondentes a R\$ 29,0 milhões (R\$ 148,23 por ação); e ii) 21 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 12,5 milhões (R\$ 64,10 por ação). Além desses dividendos, serão pagos dividendos complementares no total de R\$ 7,7 milhões (R\$ 39,3531736 por ação), em data a ser definida. Os dividendos totais do exercício no valor de R\$ 49,2 milhões representam 71,2% do lucro líquido apurado pela Companhia.

2.2 - Despesas operacionais

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Variação em		
	2012	2011	R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	137,3	117,6	+ 19,7
1.1 - Pessoal (inclui fundo de pensão)	76,4	62,7	+ 13,7
1.2 - Material	10,2	11,1	- 0,9
1.3 - Serviços de terceiros	50,7	43,8	+ 6,9
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	361,6	295,5	+ 66,1
3 - Depreciação e amortização	42,3	44,5	- 2,2
4 - Provisões para contingências e devedores duvidosos	4,3	1,6	+ 2,7
5 - Outras despesas / receitas	24,1	8,0	+ 16,1
Subtotal (1+2+3+4+5)	569,6	467,2	+ 102,4
6 - Custo de construção	78,1	70,5	+ 7,6
Total	647,7	537,7	+ 110,0

3 - Desempenho operacional

A satisfação dos clientes, decorrente da qualidade da energia fornecida e da excelência no atendimento, é uma das principais prioridades da Companhia. A Energisa Sergipe tem apresentado melhorias consistentes nos índices operacionais e de satisfação dos seus clientes.

3.1 - Gestão das perdas de energia: a Energisa Sergipe deu continuidade em 2012 ao processo de redução de perdas de energia. Os esforços empreendidos resultaram em uma queda das perdas de energia elétrica para o patamar de 9,74% no ano, uma melhoria de 0,45 ponto percentual em relação a 2011. Esse trabalho ganha ainda mais significado ao se avaliar a redução das perdas não técnicas, aquelas relacionadas a fraudes e furtos, que foi de 0,56 ponto percentual, tendo sido reduzida de 2,92%, em 2011, para 2,35%, em 2012. Foram identificadas pelo Centro de Inteligência de Combate a Perdas (CICOP) 6.102 irregularidades em 2012, contra 6.060 em 2011. Soma-se às ações do CICOP, a atuação do Grupo Especializado Anti Perdas - GEAP, destinado às inspeções, regularizações e blindagens com o apoio da Secretaria de Segurança Pública.

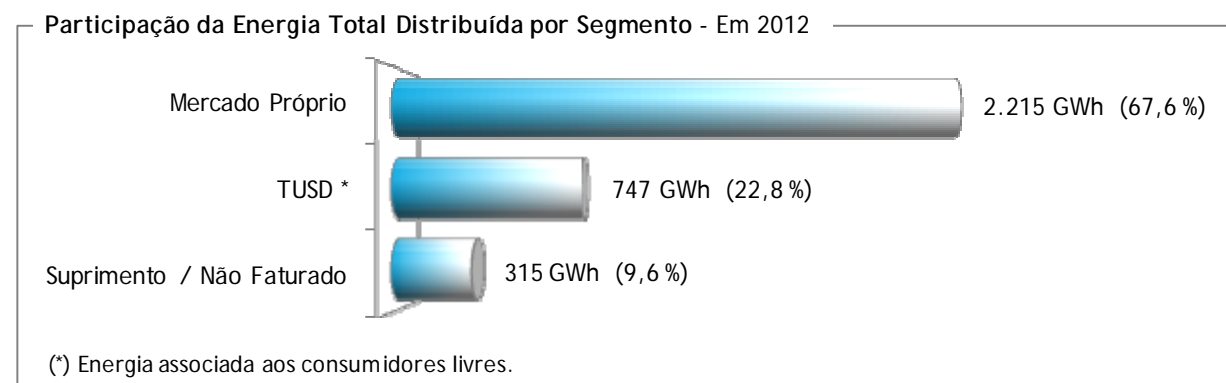
3.2 - Gestão da inadimplência: o índice de inadimplência, considerando o que não foi recebido em relação ao que foi vendido nos últimos 12 meses, também foi destaque, tendo evoluído de 1,63%, em 2011, para 1,08%, em 2012, o mesmo ocorrendo com o número de faturamentos mensais (pendente) que passou de 0,87 para 0,79.

3.3 - DEC e FEC: a significativa redução dos indicadores de continuidade (DEC e FEC) em 2012 é outro fato a destacar, fruto dos investimentos realizados com base no planejamento correto das necessidades do sistema. O DEC foi 29,4% melhor que no ano anterior e o FEC apresentou uma melhoria de 19,9%, na mesma base de comparação.

Indicadores operacionais	2012	2011	Variação %
Perdas de energia do sistema próprio (%)	9,74	10,19	- 0,45 p.p
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	1,08	1,63	- 33,7
Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº	0,79	0,87	- 9,2
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	85,9	82,6	+ 4,0
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	64,3	-	-
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	15,74	22,29	- 29,4
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes	11,67	14,57	- 19,9

3.4 - Mercado de energia: a energia total distribuída pela Energisa Sergipe em 2012 atingiu 3.277 GWh, representando um crescimento de 4,7% em relação a 2011. A energia associada ao mercado livre, que representou 22,8% do total do mercado da Companhia, impulsionou esse resultado no ano, registrando alta de 12,9% quando comparado ao ano anterior, devido, basicamente, às migrações de clientes do mercado cativo para o livre.

Entre as classes de consumo cativo, que mostraram um aumento de 2,5% no consumo, merecem destaque: a classe residencial, com aumento de 4,3% no ano, a classe comercial com crescimento de 5,2% e a classe rural, que assinalou um aumento de 28,9% em seu consumo, influenciado pela falta de chuvas no estado.



A Energisa Sergipe encerrou o exercício de 2012 com 652.278 unidades consumidoras cativas, quantidade 4,3% superior à registrada no fim de 2011. O número de consumidores livres totalizou 15 no fim de 2012.

4 - Investimentos

Os investimentos da Energisa Sergipe totalizaram R\$ 94,3 milhões em 2012, o que representa um crescimento de 15,3% em relação ao exercício anterior, quando a Companhia investiu R\$ 81,8 milhões. Dentre os investimentos, destacam-se:

- Conclusão da construção da Subestação Contorno (2 x 20/25 MVA) - 69/13,8kV e obras associadas (LDAT e RD's), para atender a região metropolitana de Aracaju;
- Construção da Subestação Moita Bonita (10/12,5 MVA) - 69/13,8kV, a fim de atender a expansão do mercado da Região de Itabaiana, Moita Bonita, Malhador e circunvizinhanças;
- Conclusão do recondutoramento da LT 69 kV Itabaiana - Lagarto, com o objetivo de atender ao aumento de demanda daquela região e melhoria do nível de tensão do eixo Itabaiana - Lagarto - Simão Dias - Poço Verde;
- Conclusão da construção das LDAT's 69 kV Jardim - Carmópolis;
- Conclusão da construção da LDAT RIACHUELO - SISA;
- Construção da Subestação Serigy (2 x 20/25 MVA) - 69/13,8kV e obras associadas (LDAT e RD's), para atender a região metropolitana de Aracaju e aliviar o carregamento das Subestações Urubu, Grageru e Aracaju;
- Conclusão da construção do 2º circuito LDAT Itabaiana - Frei Paulo; garantindo maior confiabilidade ao alto sertão (Itabaiana - Frei Paulo - Nossa Senhora da Glória - Lagoa Rasa - Porto da Folha - Graccho Cardoso - Nossa Senhora das Dores - Itabaiana).
- Instalação de 102 religadores automáticos e remotos distribuídos por 70 alimentadores da rede de distribuição da empresa e implantação de 123 sinalizadores de falta em 20 alimentadores;
- Realização de limpeza e recuperação de faixas de acesso em 540 km de linhas de distribuição e transmissão, bem como ampliação da manutenção preventiva com a realização de inspeção com termovisão nos troncos de alimentadores e revisão da proteção de 38 alimentadores;
- A construção de 57,7 Km de rede protegida;
- O remanejamento de 30 km de redes de média tensão, cujo trajeto passava por áreas de mata e difícil acesso;
- Aquisição de veículos especiais para serviços com linha viva;
- A implantação de uma nova ferramenta de planejamento, o INTERPLAN, software que irá substituir a ferramenta SGD_PLAN e possibilitará a realização de um maior número de estudos/ano de planejamento para os Sistemas de Média e Baixa Tensão da Energisa. Ainda no âmbito dos sistemas técnicos da empresa, foi iniciado em 2012 o processo de substituição do atual sistema SCADA, o VTS, pelo sistema SIEMENS Spectrum Power CC;
- A implantação do novo Sistema de Apoio à Gestão, denominado VERO Metas, para maior aplicabilidade das técnicas de Gestão em todos os níveis da Organização.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos ativos operacionais da Companhia:

Descrição do ativo	Dez / 2012	Dez / 2011	Acréscimo 2012/2011
Subestações - nº	29	27	+ 2
Capacidade instalada nas subestações - MVA	654	591	+ 63
Alimentadores	137	124	+ 13
Postes de rede de distribuição	339.449	335.418	+ 4.031
Linhas de transmissão - km	1.160	1.025	+ 135
Redes de distribuição - km	25.662	25.185	+ 477
Capacidade instalada nas redes de distribuição - MVA	680	642	+ 38
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	36.020	34.841	+ 1.179

5 - Gestão de pessoas

A Energisa Sergipe investe fortemente na área de Gestão de Pessoas, com foco na valorização do seu capital humano, aprimorando sua atuação e ampliando as premissas de uma gestão mais ágil e flexível, visando à melhoria constante da qualidade dos seus serviços. Ao fim de 2012 contava com a sua força de trabalho de 1.032 colaboradores, sendo 963 próprios e 69 terceirizados.

Ciente da importância de seus colaboradores no cumprimento de sua missão e de seus objetivos estratégicos, a Energisa Sergipe dedicou 105.297 mil homem/hora aos treinamentos em 2012, representando 108 horas por colaborador e investimentos de mais de R\$ 800 mil. Do total de horas em treinamento, 54% foram ministradas na modalidade de ensino a distância.

Na modalidade presencial, foram registradas 48.490 horas de treinamento, com destaque para os cursos de Formação de Eletricista de Distribuição e Eletricistas de Linha Viva, além da Formação de Operadores para o Centro de Operação.

Em um contexto de grandes mudanças organizacionais, onde é imprescindível o fortalecimento da liderança, a Energisa Sergipe vem dando ênfase ao desenvolvimento de seus gestores, através do Portal Líder. Em 2012 o programa contemplou 14 cursos, com 28.192 horas de treinamento. Para o atendimento dos objetivos traçados neste programa, estabelecemos parceria com a Mindquest, que disponibiliza conteúdos da Harvard Business e Chicago Booth.

Para a identificação de novos líderes, a Energisa Sergipe conta com o Programa de Sucessão. O Programa tem como principais premissas assegurar a sustentação dos movimentos estratégicos, mapeamento das competências de liderança com planos de desenvolvimento para aceleração do nível de prontidão/carreira e estímulo ao autodesenvolvimento pessoal e profissional, visando o pleno aproveitamento dos seus talentos internos.

Destacam-se, ainda, os programas de Trainee, Estágio e Aprendiz como outras formas de captação de talentos. Para reforçar o programa de estágio, a Energisa estabeleceu parceria com a Procuradoria Geral da Justiça, aderindo ao Programa de Apoio ao Estudo - PAE.

6 - Responsabilidade socioambiental

Em 2012, a Energisa Sergipe deu continuidade às atividades na área de cultura e responsabilidade socioambiental.

O Programa Energisa em Minha Casa 2010-2012, associado ao Programa de Eficiência Energética beneficiou consumidores de baixo poder aquisitivo do município de Nossa Senhora do Socorro com a substituição de 2.800 geladeiras e 2.100 padrões de entrada, reforma da instalação interna de 760 residências e distribuição de 13.519 lâmpadas compactas nas residências, beneficiando 4.117 famílias.

A Companhia utilizou para o Programa uma unidade móvel para trocas de lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas, alcançando um montante de aproximadamente 121 mil lâmpadas substituídas, beneficiando mais de 24 mil famílias sergipanas.

Ainda com relação ao Programa de Eficiência Energética, a Energisa Sergipe celebrou quatro importantes convênios: com a Secretaria de Estado da Segurança Pública contemplou a substituição de 1.000 pontos de iluminação ineficientes por eficientes, compostos de luminárias, lâmpadas e reatores; com a UFS - Universidade Federal de Sergipe consistiu na substituição de 1.422 pontos de iluminação; com a FUNASA - Fundação Nacional de Saúde para substituição de 471 pontos de iluminação e com o Ministério do Trabalho e Emprego para substituição de 200 pontos de iluminação, além da conclusão do projeto da Secretaria de Estado da Educação, com a eficientização de 26 Escolas Estaduais, iniciado em 2011 e concluído em julho de 2012 para a substituição de 6.000 pontos de iluminação.

Vale também ressaltar o desenvolvimento de um trabalho educacional com apoio do Programa de Eficiência Energética voltado à redução de atos de vandalismo: troca de estilingues por lâmpadas compactas eficientes. Sessenta e oito crianças, voluntariamente, fizeram a troca dos estilingues pelas

lâmpadas. A ideia surgiu quando foi verificado que aconteceram vários desligamentos devido à quebra de isoladores por crianças usando estilingues. A equipe do PEE foi até a localidade, proferiu palestras sobre o uso seguro e eficiente da energia elétrica, fez apresentação teatral, distribuiu brindes e trocou lâmpadas fluorescentes por estilingues.

Em 2012, o **Programa Arte na Empresa** completou dez anos projetando artistas de Sergipe ou radicados no Estado ao realizar, mensalmente, exposições no hall de entrada da empresa, tendo como público alvo os funcionários e visitantes da empresa. A partir de 2010, a empresa buscou maior aproximação com as sociedades culturais de Sergipe as quais passaram a indicar artistas que ainda não conseguiram ter seus nomes reconhecidos no mercado artístico. Atualmente a Galeria Álvaro Santos, situada em Aracaju, é uma importante fonte de indicação de artistas para a manutenção e renovação do Arte na Empresa.

O **Programa Zé da Luz na Escola**, iniciado em 2005, completou em 2012 o expressivo número de 402 apresentações teatrais e disseminações das práticas e questões ambientais do programa. A Energisa Sergipe ganhou o prêmio internacional socioambiental do Instituto Chico Mendes, em reconhecimento à importância e resultados desse programa.

A Energisa Sergipe também vem realizando desde 2007 o **Energia Total**, evento que ocorre em bairros/municípios com maior incidência de ligações irregulares, existência de débitos de pagamento, presença de consumidores com perfil de baixa renda e que necessitem de atendimento para regularização dos serviços com a Energisa Sergipe. Em 2012, o programa realizou eventos na capital e interior do estado, distribuindo mais de 2.700 lâmpadas econômicas aos clientes regulares. Além da programação padrão, o Energia Total também promoveu oficinas de aproveitamento de alimentos, em parceria com o Cozinha Brasil (SESI) e palestra sobre saúde bucal, ministrada pela Marinha do Brasil, com um “escovódromo” montado para a prática das orientações recebidas.

Durante o ano de 2012, também houve a continuidade do cadastramento dos consumidores de baixa renda inscritos nos programas sociais do Governo Federal na categoria de **Tarifa Social** de energia elétrica. Aproximadamente 41% do total da base de clientes estão cadastrados nessa categoria.

No aspecto cultural, a Energisa Sergipe resgatou a tradição de presentear o povo sergipano com um ícone natalino na cidade. Em 2012, foi inaugurado o “Natal Iluminado”, um projeto elaborado pela Energisa Sergipe e instalado no Parque Governador Augusto Franco, em parceria com o poder municipal. Dentro do escopo do Natal Iluminado, foi feita a doação de bicicletas à Guarda Municipal de Aracaju, utilizadas para facilitar o ciclopatrulhamento do parque - importante ponto turístico para residentes e visitantes da cidade.

O Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o Governo do Estado, vem atendendo aos seus objetivos relativos à inserção de jovens estudantes no mercado de trabalho. Durante o ano de 2012, 31 jovens ingressaram no programa e neste mesmo período, dois jovens foram contratados como funcionários efetivos. Desde a implantação do programa, foram realizadas 133 contratações de aprendizes e 8 efetivações.

A Companhia manteve sua contribuição ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, beneficiando várias prefeituras da sua área de concessão e apoiando ações que visem à retirada de jovens das ruas, com ensino profissionalizante e oferecimento de melhores condições de vida às crianças e adolescentes.

Em continuidade ao Termo de Cooperação Técnica firmado em 2011, entre a Energisa Sergipe com órgãos estaduais para desenvolvimento do Programa de Apoio ao Estudo - PAE. O programa disponibiliza vagas no seu quadro de funcionários e estagiários para alunos selecionados do ensino médio da rede estadual. Em 2012, a Energisa Sergipe recrutou um total de 37 estagiários, dos quais 10 foram também incorporados ao quadro funcional efetivo da companhia.

Quanto aos aspectos ambientais, a Energisa Sergipe mitiga os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, por meio de programas e práticas que compõem o Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança - SGMASS - que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Dentre os programas e práticas do SGMASS destacam-se:

- continuidade da Gestão de Resíduos Sólidos com foco, principalmente, nos resíduos perigosos, como por exemplo, a descontaminação ambientalmente adequada de lâmpadas inutilizadas, oriundas de suas atividades, que contém na sua composição o “mercúrio”;
- tratamento dos resíduos gerados durante seu processo de produção segundo procedimentos para manuseio, transporte, tratamento e destinação final. A companhia procede à regeneração de óleos minerais isolantes (OMI) e dos resíduos oriundos da própria regeneração desses óleos utilizados em seus equipamentos;
- tratamento de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescentes descartadas das suas instalações próprias da companhia e da infraestrutura de iluminação pública;
- inspeção periódica de desempenho ambiental nas instalações da companhia, assim como elaboração de plano de melhorias ambientais e acompanhamento do seu Índice de Desempenho Ambiental (IDA), além de capacitação de funcionários por meio de cursos ambientais específicos, participação em comitês de meio ambiente e em eventos diversos sobre questões relacionadas ao meio ambiente;
- doação dos resíduos recicláveis segregados e recolhidos na empresa para uma Cooperativa de Catadores que faz a devida reciclagem, o que promove a geração de renda e a redução de resíduos no meio ambiente;
- aquisição de caminhão equipado com triturador e caçamba adaptada para armazenar grandes volumes de galhos triturados. Os resíduos são armazenados prontos para a compostagem para reaproveitamento de material. Está em andamento, uma parceria com o poder público municipal para entrega destes resíduos a fim de que possam ser reaproveitados;
- participação no Comitê de Arborização, órgão da administração pública municipal que trata das questões referentes ao convívio harmonioso da arborização com a infraestrutura existente na área urbana e rural do município, dentre os quais, a rede elétrica.

Ainda em relação à Gestão do Meio Ambiente, a Energisa Sergipe, em 2012, deu continuidade e implementou diversos programas e práticas: implantação de redes isoladas e protegidas, operacionalização do Sistema de Gestão integrada de Saúde, continuidade da Gestão de Resíduos Sólidos, realização sistemática de procedimentos referentes à obtenção dos novos licenciamentos ambientais, disposição e tratamento de resíduos tratamento de lâmpadas inservíveis, desenvolvimento de campanhas interna e externa de redução de consumo de água e energia, inspeção de desempenho ambiental em suas instalações, assim como elaboração de plano de melhorias ambientais e acompanhamento do seu Índice de Desempenho Ambiental (IDA) sustentável.

7 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Sergipe em 2012 foi de R\$ 327 mil, sendo: i) R\$ 175 mil pela revisão contábil das demonstrações contábeis; ii) R\$ 50 mil por serviços de procedimentos pré-acordados com a ANEEL para o Programa “Luz para Todos”, e iii) R\$ 102 mil para a revisão dos processos e procedimentos relativos a obtenção de incentivos fiscais de redução do IRPJ - Sudene.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Balanco Social

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2012						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2012 Valor			2011 Valor		
Receita líquida (RL)	757.963			651.984		
Resultado operacional (RO)	75.961			63.653		
Folha de pagamento bruta (FPB)	55.526			51.325		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	7.153	12,88%	0,94%	6.549	12,76%	1,00%
Encargos sociais compulsórios	12.989	23,39%	1,71%	12.562	24,48%	1,93%
Previdência privada	3.863	6,96%	0,51%	1.739	3,39%	0,27%
Saúde	8.441	15,20%	1,11%	2.313	4,51%	0,35%
Segurança e saúde no trabalho	1.191	2,14%	0,16%	1.240	2,42%	0,19%
Educação	140	0,25%	0,02%	114	0,22%	0,02%
Cultura	9	0,02%	0,00%	8	0,02%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	808	1,46%	0,11%	452	0,88%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	346	0,62%	0,05%	284	0,55%	0,04%
Participação nos lucros ou resultados	4.261	7,67%	0,56%	3.160	6,16%	0,48%
Outros	0	0,00%	0,00%	520	1,01%	0,08%
Total - Indicadores sociais internos	39.201	70,60%	5,17%	28.941	56,39%	4,44%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	85	0,11%	0,01%	68	0,11%	0,00%
Cultura	413	0,54%	0,05%	297	0,47%	0,00%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	106	0,14%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	528	0,70%	0,07%	675	1,06%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	1.132	1,49%	0,15%	1.040	1,63%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	241.853	318,39%	31,91%	226.519	355,87%	0,01%
Total - Indicadores sociais externos	242.985	319,88%	32,06%	227.559	357,50%	0,01%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	18.657	24,56%	2,46%	11.963	18,79%	1,83%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	18.657	24,56%	2,46%	11.963	18,79%	1,83%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		(X) não possui metas () cumpre de 51a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2012		2011			
Nº de empregados(as) ao final do período	963		962			
Nº de admissões durante o período	127		113			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	69		80			
Nº de estagiários(as)	38		22			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	186		180			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	163		160			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	14%		16%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	56		56			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	8%		5%			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	33		24			
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2012		Metas 2013			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	30		34			
Número total de acidentes de trabalho	35		19			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	(X) direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 1347	no Procon 124	na Justiça 1067	na empresa 1280	no Procon 110	na Justiça 1000
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99%	no Procon 78%	na Justiça 65%	na empresa 99%	no Procon 75%	na Justiça 60%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2012: 509.579			Em 2011: 481.071		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	59% governo 10% acionistas	13% colaboradores(as) 14% terceiros 4% retido		60% governo 5% acionistas	12% colaboradores(as) 17% terceiros 6% retido	
7 - Outras Informações	2012			2011		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União	1.529			8.814		
7.1.2 - Investimento do Estado	89			516		
7.1.3 - Investimento do Município						
7.1.4 - Investimento da Concessionária	218			1.256		
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)	1.836			10.586		
7.2 - Programa de eficiência Energética	3.683			4.170		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	3.502			2.325		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	9.021			17.081		

Demonstrações Contábeis

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011 (reclassificado)	1/1/2011 (reclassificado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	5	53.225	78.427	77.983
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	5	47.019	29.552	27.454
Consumidores e concessionárias	6	117.517	108.115	87.100
Títulos de créditos a receber	7	7.739	10.014	11.033
Estoques		2.382	2.536	1.947
Impostos a recuperar	11	26.866	24.154	22.203
Despesas pagas antecipadamente		3.343	952	448
Baixa renda e outros créditos	10	25.333	37.115	21.917
Total do circulante		283.424	290.865	250.085
Não circulante				
Realizável a Longo Prazo				
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	5	9.483	3.744	3.760
Consumidores e concessionárias	6	7.544	7.544	7.544
Títulos de créditos a receber	7	4.110	2.410	5.395
Impostos a recuperar	11	16.551	16.341	16.009
Créditos tributários	13	23.090	19.736	24.826
Depósitos e cauções vinculados	21	21.818	20.844	20.312
Despesas pagas antecipadamente		-	-	350
Instrumentos financeiros derivativos	29	15.394	6.359	7.049
Contas a receber da concessão	14	130.146	34.021	22.673
Outros créditos		837	868	639
		228.973	111.867	108.557
Investimento		4.026	217	202
Intangível	15	581.125	647.122	618.752
Imobilizado	15	5.062	-	-
Total do não circulante		819.186	759.206	727.511
Total do Ativo		1.102.610	1.050.071	977.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011 (reclassificado)	1/1/2011 (reclassificado)
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	16	63.031	47.620	42.748
Encargos de dívidas	17	13.913	12.516	10.493
Empréstimos e financiamentos	17	240.011	46.202	32.274
Debêntures	18	29.696	1.479	1.358
Tributos e contribuições sociais	19	35.376	29.290	24.557
Parcelamento de impostos	20	1.770	2.078	7.687
Dividendos	22.4	-	8.655	54
Obrigações estimadas		4.393	4.018	3.588
Encargos do consumidor a recolher		4.991	2.941	3.125
Outras contas a pagar		29.823	41.891	25.594
Total do circulante		423.004	196.690	151.478
Não circulante				
Fornecedores	16	1.963	1.810	1.621
Empréstimos e financiamentos	17	170.581	308.046	305.983
Debêntures	18	102.613	138.079	129.215
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	16.089	34.236
Tributos e contribuições sociais	19	8.227	1.327	1.494
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	5.836	2.992
Parcelamento de impostos	20	5.753	7.029	2.562
Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais	21	20.547	20.229	22.306
Benefícios a empregados - plano de pensão	30	3.932	737	-
Outros		21	-	-
Total do não circulante		313.637	499.182	500.409
Patrimônio líquido				
Capital social	22.1	329.370	319.239	311.068
Ações em tesouraria	22.1	(18)	(18)	(18)
Reservas de capital	22.1	3.348	3.348	3.348
Reservas de lucros	22.2 e 22.3	25.575	15.861	11.242
Dividendos adicionais propostos	22.4	7.694	15.769	69
		365.969	354.199	325.709
Total do Passivo		1.102.610	1.050.071	977.596

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2012	2011
Receita operacional líquida	23	757.963	651.984
Custo do serviço de energia elétrica	24	(510.772)	(436.813)
Lucro bruto		247.191	215.171
Despesas com vendas	24	(23.661)	(24.344)
Despesas gerais e administrativas	24	(97.427)	(76.513)
Outras receitas	25	4.984	1.489
Outras despesas	25	(20.771)	(1.467)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		110.316	114.336
Receita financeira	26	36.098	25.603
Despesa financeira	26	(70.453)	(76.264)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(34.355)	(50.661)
Lucro antes dos impostos		75.961	63.675
Imposto de renda e Contribuição social corrente	13	(16.934)	(19.039)
Imposto de renda e Contribuição social diferido	13	10.024	8.548
Lucro líquido do exercício		69.051	53.184
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$	27	353,19	272,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	69.051	53.184
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	69.051	53.184

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011 (ajustado)
Atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		75.961	63.675
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		87.301	82.356
Atualização financeira contas a receber da concessão - VNR	14	(13.344)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24	5.190	1.263
Amortização e depreciação	24	42.339	44.503
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível		17.932	1.135
Créditos tributários		-	5.090
Provisão/Reversão de Provisão para contingências	24	(851)	(2.070)
Instrumentos Financeiros Derivativos	26	(20.766)	(14.014)
Marcação a mercado de derivativos	26	(4.260)	690
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
(Aumento) de consumidores e concessionárias		(9.743)	(22.088)
(Aumento) de recursos vinculados		-	-
(Aumento) diminuição de títulos de créditos a receber		(2.801)	3.815
Diminuição (aumento) de estoques		154	(589)
(Aumento) de impostos a recuperar		(2.922)	(2.283)
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados		(974)	(532)
(Aumento) diminuição de Despesas pagas antecipadamente		(2.391)	(154)
Diminuição (aumento) de outros créditos		12.536	(30.721)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento de fornecedores		9.663	5.061
Aumento (diminuição) de tributos e contribuições sociais		1.629	(777)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.742)	(2.304)
(Diminuição) de parcelamento de impostos		-	(1.142)
Aumento de obrigações estimadas		374	430
Aumento (diminuição) de encargos do consumidor a recolher		2.050	(184)
(Diminuição) aumento de entidades de previdência privada e outras		(8.852)	17.032
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais		183.483	148.192
Atividades de investimentos			
Aplicações no investimento		(3.810)	(15)
Aplicações financeiras e recursos vinculados		(39.102)	(58.612)
Resgate aplicações Financeiras		18.425	56.522
Aplicações no intangível		(72.818)	(70.055)
Caixa Líquido gerado consumido nas atividades de investimentos		(97.305)	(72.160)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos e financiamentos		67.049	22.506
Pagamentos de empréstimos - principal		(64.269)	(33.498)
Pagamentos de empréstimos - juros		(45.565)	(44.372)
Liquidação de Instrumentos financeiros derivativos		(1.074)	(4.131)
Pagamentos de dividendos		(65.937)	(16.093)
Pagamento de parcelamento de impostos		(1.584)	-
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento		(111.380)	(75.588)
Variação líquida do caixa		(25.202)	444
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		78.427	77.983
Caixa mais equivalentes de caixa finais		53.225	78.427
Variação líquida do caixa		(25.202)	444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações do Valor Adicionado

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
 EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:			
RECEITAS			
Receitas de vendas de energia e serviços		1.000.320	872.393
Outras receitas	25	4.984	1.489
Receitas relativas a construção de ativos próprios	24	78.086	86.571
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (Constituição) Reversão	24	(5.190)	(3.658)
		<u>1.078.200</u>	<u>956.795</u>
(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo da energia vendida		394.419	324.173
Materiais e serviços de terceiros		144.473	126.699
Outros custos operacionais		23.488	5.952
		<u>562.380</u>	<u>456.824</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>515.820</u>	<u>499.971</u>
AMORTIZAÇÃO, DEPRECIÇÃO E REALIZAÇÃO DE ÁGIO	24	42.339	44.503
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		<u>473.481</u>	<u>455.468</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	26	36.098	25.603
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		<u>509.579</u>	<u>481.071</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:			
Pessoal			
Remuneração direta		46.635	44.345
Benefícios		16.771	11.225
FGTS		3.880	3.929
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		71.840	68.658
Estaduais		182.648	169.945
Municipais		354	478
Obrigações Intrasetoriais	23	46.653	47.979
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	26	70.453	80.169
Aluguéis		1.294	1.159
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos e dividendos adicionais propostos	22.4	49.206	40.448
Reserva legal	22.2	3.453	2.659
Reserva de redução de impostos de renda	22.3	16.392	10.131
Dividendos prescritos-exercícios anteriores		-	(54)
		<u>509.579</u>	<u>481.071</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA SERGIPE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO FINDO EM DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Ações em tesouraria	Reservas de capital		Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
				Subvenção de investimentos	Remuneração de Imobilizações em curso	Legal	Redução de Imposto de renda			
Saldos em 01 de janeiro de 2011		311.068	(18)	2.102	1.246	3.071	8.171	69	-	325.709
Pagamento de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	(69)	-	(69)
Aumento Capital conforme AGO e AGE 29/04/2011	22.1	8.171	-	-	-	-	(8.171)	-	-	-
Dividendos prescritos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	-	54	54
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	53.184	53.184
Proposta para destinação do lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	22.2	-	-	-	-	2.659	-	-	(2.659)	-
Incentivo Fiscal - Laudos constitutivos - Adene 0106/2005	22.3	-	-	-	-	-	10.131	-	(10.131)	-
Dividendos	22.4	-	-	-	-	-	-	-	(24.679)	(24.679)
Dividendos adicionais propostos	22.4	-	-	-	-	-	-	15.769	(15.769)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011		319.239	(18)	2.102	1.246	5.730	10.131	15.769	-	354.199
Pagamento de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	(15.769)	-	(15.769)
Aumento Capital conforme AGO e AGE 25/04/2012	22.1	10.131	-	-	-	-	(10.131)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	69.051	69.051
Proposta para destinação do lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	22.2	-	-	-	-	3.453	-	-	(3.453)	-
Incentivo Fiscal - Laudos constitutivos - Adene 0106/2005	22.3	-	-	-	-	-	16.392	-	(16.392)	-
Dividendos	22.4	-	-	-	-	-	-	-	(41.512)	(41.512)
Dividendos adicionais propostos	22.4	-	-	-	-	-	-	7.694	(7.694)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		329.370	(18)	2.102	1.246	9.183	16.392	7.694	-	365.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto Operacional

A Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia ou Energisa SE") - empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 63 municípios no Estado de Sergipe, atendendo a 652.295 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e possui sede na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe.

Em setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

A referida legislação aborda os seguintes assuntos:

Renovação de concessões:

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017 poderão ser prorrogadas pelo prazo de 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o Poder Concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

Redução/eliminação de encargos regulatórios:

Foram eliminados das tarifas de energia elétrica, os encargos regulatórios: RGR - Reserva Global de Reversão; CCC - Custo de consumo de combustíveis e redução da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária.

As eliminações e redução dos encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica não causarão impactos diretos nos resultados, tendo em vista que a redução da receita terá em contrapartida a redução dos encargos e impostos incidentes sobre vendas.

A Companhia tem o vencimento da sua concessão em dezembro de 2027.

Abaixo estão listadas algumas das obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 14, 15, 23 e 32, respectivamente.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 5 de março de 2013.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os CPCs e IFRS, não havendo diferenças entre as práticas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, planos de suplementação de aposentadoria e pensões e créditos tributários. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também esta sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões, prêmio de aposentadoria e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 600 de 07 de outubro de 2009 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos no resultado do exercício.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01 de janeiro de 2013:

IFRS 1 - Isenções dos requerimentos de reapresentação das informações comparativas para a IFRS 9;

IFRS 7 - Divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros;

IFRS 9 - Instrumentos financeiros - estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros. Entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração do valor justo (CPC 46);

IAS 1 - Esclarecimentos dos requerimentos das informações comparativas;

IAS 16 - Classificação dos equipamentos de serviço;

IAS 19 - Benefícios a empregados - Traz modificação na contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano que exigem o reconhecimento dessas alterações conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" (CPC 33 R1);

IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas (CPC 35 R2);

IAS 32 - Efeitos tributários da distribuição dos instrumentos de patrimônio para os acionistas, entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2013 e Compensação de ativos e passivos financeiros, entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014;

IAS 34 - relatórios financeiros interinos e informações por segmentos para o total de ativos e passivos.

A Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

3.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 29.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e bancos; aplicações no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

- c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão. Até 31 de dezembro de 2011, diante das incertezas vinculadas ao valor de indenização desses ativos, a Administração da Companhia concluiu que a melhor estimativa para a valorização do ativo financeiro a receber ao final da concessão seria o valor dos ativos em serviços registrados ao seu custo histórico contábil.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, em data subsequente ao encerramento do exercício, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por essa razão, em 31 de dezembro de 2012, foi registrado como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 14.

- g. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;
- h. Arrendamento mercantil financeiro - os bens adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro estão reconhecidos como ativo intangível, sendo amortizados pelas taxas praticadas pela Companhia, de acordo com a natureza de cada bem. Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, são reconhecidos como financiamentos no passivo circulante ou no passivo não circulante com base no valor presente das prestações a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor das prestações é apropriada na demonstração do resultado como despesa financeira;
- i. Intangível - (i) contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão; (ii) direito de uso de concessão: representado pelo ágio pago na aquisição do controle acionário da própria Companhia.

A amortização do ágio está sendo realizada pelo prazo 30 anos, a partir de dezembro de 1997 (vide nota explicativa nº 15);

- j. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- k. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar e os créditos tributários têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não-pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já feitas em 31 de dezembro de 2012;

- I. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

- m. Derivativos - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 29;

- n. Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- o. Incentivos fiscais SUDENE - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota nº13);
- p. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- q. Ajuste a valor presente - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que

tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;

- r. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- s. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- t. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;
- u. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço.

3.3 Ajuste e Reclassificação:

Para melhor comparabilidade com a classificação adotada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram feitas reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2011 e 01/01/2011 em relação aos originalmente publicados referentes a:

Demonstrações dos fluxos de caixa referente ao exercício anterior

A Companhia revisou, no exercício, a apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, e realocou as transações de aplicação financeira e recursos vinculados apresentadas anteriormente nas atividades de investimentos para as atividades de financiamento. Como consequência, as demonstrações dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em dezembro de 2011 e 01/01/2011, estão sendo alterados para fins de comparação.

	Demonstrações dos fluxos de caixa			
	2011 Publicado	2011 Reclassificado	01/01/2011 Publicado	01/01/2011 Reclassificado
<u>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</u>				
(Aumento) de aplicação financeira e recursos vinculados	(58.612)	-	(75.729)	-
Total das variações nas contas do ativo circulante e não circulantes	(111.164)	(52.552)	(71.440)	4.289
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	89.580	148.192	105.210	180.939
Atividades de investimentos				
Aplicação financeira e recursos vinculados	-	(58.612)	-	(75.729)
Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	(13.548)	(72.160)	20.399	(55.330)
Variação Líquida do Caixa	444	444	(59.497)	(59.497)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	77.983	77.983	137.480	137.480
Caixa mais equivalentes de caixa finais	78.427	78.427	77.983	77.983
Variação Líquida do caixa	444	444	(59.497)	(59.497)

4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 63 municípios no Estado de Sergipe e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5 Caixa e equivalente de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado						
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	2012	2011	1/1/2011
BICBanco	CDB	27/2/2012	113,0% do CDI	-	14.938	25.385
BMG	CDB	24/1/2014	112,0% do CDI	-	7.229	6.570
CEF	CDB	29/12/2014 a 11/12/2015	100,5% do CDI	24.694	21.748	-
HSBC	CDB	3/9/2014	98,0% do CDI	459	-	-
Mercantil	CDB	22/12/2014	105,0% do CDI	6.959	2.232	-
Standard Bank	CDB	3/2/2012	109,0% do CDI	-	8.819	7.017
Santander	Debêntures (**)	12/9/2014	104,0% do CDI	-	4.941	
BTG Pactual	LCA	14/01/2011 a 18/03/2013	35% do CDI	-	-	3.100
Nordeste	CDB	1/10/2012	101% do CDI	-	-	7.178
Sofisa	CDB	8/6/2012	103,0% do CDI	-	-	2.009
Standard Bank	CDB	3/2/2012	109,0% do CDI	8.819	-	-
Fundo Plural	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	6.485
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	4.256	2.918
HSBC	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	5.565	5.725
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	48	4.681
Total				32.112	69.776	71.068
Caixa e bancos				21.113	8.651	6.915
Total caixa e equivalente de caixa				53.225	78.427	77.983

b) Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	2012	2011	1/1/2011
ABC Brasil	CDB	26/6/2013	106,0% do CDI	20.011	-	-
BES	CDB	1/9/2014	104,5% do CDI	72	93	105
BICBanco	CDB	22/2/2013	115,0% do CDI	14.638	13.341	-
BICBanco	Fundo de Investimento em direitos creditórios	-	112,0% do CDI	1.267	-	-
		16/12/2013				
		a				
BMG	CDB	24/01/2014	112,0% do CDI	1.174	1.076	951
Bradesco	CDB	25/7/2013	99,0% do CDI	255	235	618
Bradesco	Título de capitalização	2/3/2013	Poupança + 0,5% a.m.	74	-	-
Bradesco	Poupança	-	Poupança	-	-	25
CEF	Poupança	-	Poupança	44	44	76
BTG Pactual	CDB	4/4/2011	106,1% do CDI	-	-	7.548
BTG Pactual	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	5.026	-	-
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	598	-	-
Santander	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	845	-	-
Sofisa	CDB	26/4/2011	109% do CDI	-	-	1.122
		05/08/2013				
		a				
Itaú	CDB	03/12/2013	100,0% a 101,8% do CDI	573	528	-
		06/12/2013				
		a				
Itaú	Debêntures (**)	18/11/2014	102,0% a 103,1% do CDI	802	739	1.145
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	713	27	25
		28/07/2017				
		a				
Nordeste	CDB	09/09/2019	90,0% a 99,0% do CDI	8.119	12.525	13.655
Pine	CDB	21/6/2013	100,0% do CDI	40	37	2.116
Standard Bank	CDB	1/2/2013	100,25% do CDI	5	-	-
				<u>54.256</u>	<u>28.645</u>	<u>27.386</u>

b.2 Aplicações financeiras disponíveis para venda

Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	907	68
				-	907	68

b.3 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	01/11/2012	100,0% do CDI	2.246	3.744	3.760
		a				
		29/12/2020		<u>2.246</u>	<u>3.744</u>	<u>3.760</u>

Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

				<u>56.502</u>	<u>33.296</u>	<u>31.214</u>
Circulante				47.019	29.552	27.454
Não circulante				9.483	3.744	3.760

(*) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

(**) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

6 Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos Vincendos (1)	Vencidos					Total		
		até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	2012	2011	01/01/2011
Residencial	11.409	10.946	3.203	1.253	176	1	26.988	31.878	27.316
Industrial	12.266	349	56	16	39	142	12.868	15.398	13.129
Comércio, serviços e outras atividades	17.697	2.419	654	573	713	269	22.325	20.168	17.032
Rural	1.753	335	120	54	-	-	2.262	2.602	2.938
Poder público:									
Federal	1.357	99	21	9	-	-	1.486	1.367	1.322
Estadual	612	45	10	4	-	-	671	617	601
Municipal	2.408	176	37	15	-	-	2.636	2.424	2.348
Iluminação pública	2.541	783	734	3	-	-	4.061	2.453	2.352
Serviço público	3.731	2	3	16	-	-	3.752	3.609	3.386
Subtotal - consumidores	53.774	15.154	4.838	1.943	928	412	77.049	80.516	70.424
Concessionárias (2)	22.380	-	-	-	-	7.875	30.255	13.684	11.643
Fornecimento não faturado	22.194	-	-	-	-	-	22.194	17.686	11.403
Outras	68	-	-	-	-	-	68	7.936	4.264
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(1.253)	(889)	(2.363)	(4.505)	(4.163)	(3.090)
Total	98.416	15.154	4.838	690	39	5.924	125.061	115.659	94.644
Circulante							117.517	108.115	87.100
Não circulante							7.544	7.544	7.544

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.
- (2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro 2012, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$30.255 (R\$8.068 em 2011 e R\$8.242 em 01/01/2011), relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2012, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de dezembro de 2012. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo o saldo registrado na rubrica "fornecedores" no passivo circulante é de R\$1.001 em 2011 (R\$1.125 em 01/01/2011) referente a aquisição de energia na CCEE e R\$7.799 (R\$312 em 2011 e R\$2.402 em 01/01/2011) de encargos do serviços do sistema, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2012	2011	01/01/2011
Saldos a vencer	22.380	-	273
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.387	6.387	6.387
Créditos vencidos (*)	1.488	1.681	1.582
	30.255	8.068	8.242
(-) Aquisição de energia na CCEE	-	(1.001)	(1.125)
(-) Encargos de serviços no sistema	(7.799)	(312)	(2.402)
	22.456	6.755	4.715

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$1.350.

As transações ocorridas a partir de julho/2003, estão sendo liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia de curto prazo que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não

incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Os saldos em 31 de dezembro de 2012, estão demonstrados como se segue:

	2012	2011	01/01/2011
Títulos de créditos a receber	25.076	24.047	27.955
Ajuste a valor presente	(1.120)	(2.891)	(2.984)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(12.107)	(8.732)	(8.543)
	<u>11.849</u>	<u>12.424</u>	<u>16.428</u>
Circulante	7.739	10.014	11.033
Não circulante	4.110	2.410	5.395

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2012, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	2012
Vencidos	12.107
2013	7.739
2014	2.216
2015	979
2016	523
2017	381
2018 em diante	11
Total	<u>23.956</u>

8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2012	2011
Saldo inicial - 2011 e 01/01/2011	12.895	11.633
Provisões constituídas no exercício	7.273	3.861
Reversão de provisões no exercício	(3.556)	(2.599)
Saldo - circulante	<u>16.612</u>	<u>12.895</u>
Consumidores e concessionárias	4.505	4.163
Títulos de créditos a receber	12.107	8.732

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9 Revisão e reajuste tarifário

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos sendo a próxima revisão em abril de 2013.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Reajustes tarifários:

Em 17 de abril de 2012, por meio da Resolução nº 1.278, foi homologado o reajuste tarifário da Companhia em vigor desde 22 de abril de 2012. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 4,97%.

10 Baixa renda e outros créditos

	2012	2011	01/01/2011
Baixa renda	8.429	4.320	4.451
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	10.817	12.447	6.827
Ordens de serviço em curso - outros	1.596	2.200	4.831
Ordens de desativação em curso	(120)	(107)	(92)
Adiantamentos	2.004	1.994	2.260
Outros	2.607	16.261	3.640
	<u>25.333</u>	<u>37.115</u>	<u>21.917</u>

Segue a movimentação do baixa renda:

	2012	2011
Saldo - inicial circulante - 2011 e 01/01/2011	4.320	4.451
Subvenção Baixa Renda	36.446	23.654
Ressarcimento pela Eletrobrás	(34.241)	(23.785)
Contas a receber Eletrobrás	1.904	-
Saldo - final - circulante	<u>8.429</u>	<u>4.320</u>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 KWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "baixa renda e outros créditos" no ativo circulante. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

11 Impostos a recuperar

	2012	2011	01/01/2011
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	14.300	15.190	15.007
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	951	1.903	-
Imposto de Renda - IRPJ	2.445	2.012	3.983
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	299	389	502
PIS e COFINS	23.141	19.008	18.653
Outros	2.281	1.993	67
	<u>43.417</u>	<u>40.495</u>	<u>38.212</u>
Circulante	26.866	24.154	22.203
Não circulante	16.551	16.341	16.009

12 Transações com partes relacionadas

A controladora Energisa S/A presta serviços administrativos a Companhia, os quais foram efetuados em condições usuais de mercado e estão suportados por contratos aprovados pela ANEEL. As transações efetuadas no período findo em 31 de dezembro de 2012 montaram em R\$12.240 (R\$11.681 em 2011 e R\$10.573 em 01/01/2011). O saldo a pagar registrado na rubrica fornecedores monta em R\$961 (R\$921 em 2011 e 827 em 01/01/2011).

	ESA	2012	2011	01/01/2011
Prestação de serviços	12.240	12.240	11.681	10.573

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que possui 85% do capital votante das empresas Tonon Bioeletricidade, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e 100% das empresas Companhia Tonon Bioelétrica e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II)(empresas ligadas da Companhia).

Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$842 (R\$791 em 2011) e da Diretoria foi de R\$1.924 (R\$2.015 em 2011). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$278 (R\$296 em 2011). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$441 (R\$487 em 2011).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$40 e R\$3 (R\$36 e R\$3 em 2011), respectivamente. A remuneração média em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$12 (R\$11 em 2011).

Na AGO de abril de 2012, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2012 em R\$4.209.

13 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, registrados segundo as normas dos CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2012	2011	01/01/2011
Ativo			
Prejuízo fiscal	-	1.179	5.789
Base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro	-	539	2.172
Diferenças temporárias (1)			
Imposto de Renda	17.090	13.360	12.512
Contribuição Social	6.000	4.658	4.353
Total - não circulante	23.090	19.736	24.826
Passivo			
Imposto de Renda	-	4.291	2.404
Contribuição Social	-	1.545	588
Total - não circulante	-	5.836	2.992

As diferenças temporárias são como segue:

	2012	
	Base de cálculo	IR e CS temporário
Resultado de swap	(20.100)	(6.834)
Provisões constituídas	97.898	33.285
Atualização financeira contas a receber da concessão - VNR	(13.344)	(4.537)
Outros	3.458	1.176
Total	67.912	23.090

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos, foram aprovados pelos Conselhos de Administração.

<u>Período</u>	<u>Realizações de Créditos fiscais</u>
2013	2.763
2014	2.763
2015	2.763
2016	2.115
2017	2.115
2018 a 2021	10.571
Total	23.090

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro antes dos impostos	75.961	63.675
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(25.827)	(21.650)
Ajustes:		
Exclusões - Incentivo fiscal - SUDENE (*)	16.392	10.131
Adições permanentes (**)	2.525	1.028
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(6.910)	(10.491)
Alíquota efetiva	9,1%	16,5%

(*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$16.392 (R\$10.131 em 2011) foi registrado diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais até o exercício de 2013. Em dezembro/2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e ingressou com o pedido junto à Receita Federal do Brasil em fevereiro de 2013. O referido benefício fiscal consiste de redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

14 Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a reconheceu o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM, tendo reconhecido no resultado do exercício em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$13.344.

As contas a receber da concessão estão classificadas como disponíveis para venda no ativo não circulante.

Segue as modificações ocorridas:

Ativo financeiro custo histórico - 01/01/2011	22.673
Adições no exercício	11.348
Ativo financeiro custo histórico - 2011	34.021
Adições no exercício (*)	83.810
Baixas no exercício	(1.029)
Ativo financeiro custo histórico 2012	116.802
Atualização do contas a receber da concessão - VNR	13.344
Ativo financeiro custo corrigido - 2012	130.146

(*) Inclui R\$37.629 referente a aplicação da Resolução Normativa nº 474 que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão, convertidas em taxas anuais de depreciação, com aplicação retroativa a 1º de janeiro de 2012.

15 Intangível e Imobilizado

	2012	2011	01/01/2011
Contrato de concessão e estudos e projetos	253.240	295.984	249.924
Direito de concessão	332.947	351.138	368.828
Total	586.187	647.122	618.752

a) Contrato de concessão

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

INTANGÍVEL	Saldo Inicial 2011	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo Final 2012
Intangível em Serviço						
Custo:	722.459		50.165	(76.561)	-	696.063
Amortização Acumulada	(301.151)		14.838	7.529	(30.734)	(309.518)
Subtotal	421.308	-	65.003	(69.032)	(30.734)	386.545
Em Curso	80.842	94.281	(79.363)	(53.176)	-	42.584
Total	502.150	94.281	(14.360)	(122.208)	(30.734)	429.129
Obrigações Especiais						
Em Serviço						
Custo	156.971	-	20.016	(22.177)	-	154.810
Amortização Acumulada	(25.099)	-	-	-	(7.177)	(32.276)
Subtotal	131.872	-	20.016	(22.177)	(7.177)	122.534
Em Curso	74.294	11.139	(20.016)	(7.000)	-	58.417
Total das obrigações Especiais	206.166	11.139	-	(29.177)	(7.177)	180.951
Total Intangível	295.984	83.142	(14.360)	(93.031)	(23.557)	248.178
IMOBILIZADO						
Imobilizado em serviço						
Custo:						
Software			19			19
Edificações e benfeitorias			-			-
Máquinas e equipamentos			21.665	(13.627)		8.038
Veículos			308			308
Móveis e utensílios			7.206			7.206
Depreciação Acumulada			(14.838)	4.931	(602)	(10.509)
Total Imobilizado em serviço	-	-	14.360	(8.696)	(602)	5.062
Total Geral	295.984	83.142	-	(101.727)	(24.159)	253.240

(*) Inclui R\$83.810 de transferência para Contas a Receber da Concessão (vide nota explicativa nº14) R\$15.231 transferido para o Ativo Imobilizado.

	Saldo Inicial 01/01/2011	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo Final 2011
Em Serviço						
Custo	685.121	-	40.582	(3.244)	-	722.459
Amortização	(269.254)	-	-	2.109	(34.006)	(301.151)
Subtotal	415.867	-	40.582	(1.135)	(34.006)	421.308
Em Curso (*)	50.341	81.796	(40.582)	(10.713)	-	80.842
Total	466.208	81.796	-	(11.848)	(34.006)	502.150
Obrigações Especiais						
Em Serviço						
Custo	155.866	-	12.203	(11.098)	-	159.971
Amortização	(17.906)	-	-	-	(7.193)	(25.099)
Subtotal	137.960	-	12.203	(11.098)	(7.193)	131.872
Em Curso (*)	78.324	11.742	(12.203)	(3.569)	-	74.294
Total	216.284	11.742	-	(14.667)	(7.193)	206.166
Total Geral	249.924	70.054	-	2819	(26.813)	295.984

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas
Reservatório, barragens e adutoras	2,94%
Edificações e benfeitorias	2%
Máquinas e equipamentos	2,91%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,77% (4,75% em 2011).

A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2012	2011	01/01/2011
Contribuições do consumidor	80.974	73.311	67.074
Participação da União - recursos CDE	132.617	131.379	141.180
Participação do Governo do Estado	43.081	40.918	40.918
Reserva para reversão	302	302	302
(-) Amortização acumulada	(32.276)	(25.099)	(17.906)
Total	224.698	220.811	231.568
Alocação:			
Contas a receber da concessão	43.747	14.645	15.284
Infraestrutura - Intangível em serviço	122.534	131.872	137.960
Infraestrutura - Intangível em curso	58.417	74.294	78.324
Total	224.698	220.811	231.568

- As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

- As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

	2012	2011
Encargos de dívidas - juros	55.927	49.740
(-) transferência para o intangível em curso (*)	(4.422)	(3.905)
Efeito líquido no resultado	51.505	45.835

(*) Conforme CPC20 a Companhia utilizou a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos.

b) Direito de concessão

O ágio incorporado pela Companhia está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica - dezembro de 2027, tomando-se por base as curvas de rentabilidade projetadas. A amortização do ágio gera um benefício fiscal da ordem de 34%. Em 31 de dezembro de 2012, a previsão de amortização do ágio e do benefício fiscal é como segue:

Período de amortização	Saldo	Redução do imposto de renda e contribuição social
2013 e 2014	37.891	12.882
2015 e 2016	39.907	13.568
2017 e 2018	41.927	14.255
2019 e 2020	43.943	14.941
2021 e 2022	45.932	15.617
2023 e 2024	47.905	16.289
2025 em diante	75.442	25.650
Total	332.947	113.202

A movimentação está apresentada a seguir:

	2012	2011	01/01/2011
Saldo - inicial	351.138	368.828	385.305
Amortização no exercício	(18.191)	(17.690)	(16.477)
Saldo - final	332.947	351.138	368.828

16 Fornecedores

	2012	2011	01/01/2011
Suprimento (1):			
CCEE	-	1.001	1.125
Contratos Bilaterais (1)	47.377	33.514	30.831
Uso de rede básica (1)	4.147	3.574	2.968
Conexão à rede (1)	354	304	244
Materiais, serviços e outros (2)	13.116	11.037	9.201
	64.994	49.430	44.369
Circulante	63.031	47.620	42.748
Não Circulante	1.963	1.810	1.621

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total			Ref.
		Circulante	Não Circulante	2012	2011	01/01/2011	
Em moeda nacional							
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	-	-	-	-	13.154	26.230	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	78	-	15.000	15.078	15.135	15.149	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	12	153	455	620	785	952	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	46	421	2.021	2.488	2.955	3.421	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	67	512	2.481	3.060	3.506	5.097	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	8	62	391	461	455	152	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	3	29	255	287	286	173	
Eletrobrás - Subtransmissão	89	3.141	2.606	5.836	6.123	4.934	
Eletrobrás - Luz no Campo	-	-	-	-	190	471	
Eletrobrás - Devolução LPT	-	1.489	-	1.489	16.478	-	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	-	-	-	-	4.758	11.307	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	24	2.229	8.780	11.033	13.537	16.314	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	1.701	3.651	4.138	9.490	11.280	13.077	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	140	2.648	18.904	21.692	23.642	21.112	
Banco HSBC - FINAME	-	-	-	-	-	35	
Banco Itaú BBA - FINAME	60	508	5.275	5.843	3.138	527	
Financiamento INERGUS Plano de Benefício Definido - BD - 1	-	3.095	27.074	30.169	23.430	24.107	(2)
Financiamento INERGUS Plano Saldado	-	4.196	22.613	26.809	23.518	25.344	(2)
Total em moeda nacional	2.228	22.134	109.993	134.355	162.370	168.402	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(11)	(62)	(717)	(790)	(791)	(881)	
Em moeda estrangeira							
NOTES UNITS	11.561	218.647	-	230.208	211.484	187.853	(1)
Bank of America Merrill Lynch	135	-	61.305	61.440	-	-	
Total em moeda estrangeira	11.696	218.647	61.305	291.648	211.484	187.853	
(-) custos de captação incorridos na contratação	-	(708)	-	(708)	(6.299)	(6.624)	
Total	13.913	240.011	170.581	424.505	366.764	348.750	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$10.364 (R\$16.269 em 2011 e R\$17.416 em 01/01/2011), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

(1) O contrato relativo às NOTES UNITS, possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2012, as exigências contratuais foram cumpridas. Os referidos contratos possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo.

(2) Referem-se à contratos de assunção de dívida firmado com o Fundo de Pensão - Inergus para os planos de aposentadoria Plano de Benefício Definido - BD - 1 e Plano Saldado (vide nota explicativa nº 30)

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2012:

Operação	Características da Operação			Custo da Dívida				Ref
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Tx de Juros aa	TIR (Taxa efetiva de juros)	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	78	CDI	+ 0,7%	0,83%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	out-2016	mensal	Recebíveis	23	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	32	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	out-2019	mensal	Recebíveis	40	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	jul-2022	mensal	Recebíveis	55	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	out-2022	mensal	Recebíveis	59	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	15	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz no Campo	jul-2013	mensal	Recebíveis	6	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Devolução LPT	jan 2013	mensal	-	1	Selic Acumulada			
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	28	pré-fixado	8,3%	8,48%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	17	TJLP	+ 4,0%	4,2%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	ago-2019	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	41	pré-fixado	8,4%	8,4%	(2)
Banco Itaú BBA - FINAME	Ate fev-2021	mensal	Aval Energisa S/A	50	pré-fixado	De 4,5% a 5,5%	4,5% a 5,5%	
Financiamento INERGUS Plano de Benefício Definido - BD - 1	mar-2029	mensal	Fiança Energisa S/A	89	INPC/IPCA	+ 6,0%	6,0%	
Financiamento INERGUS - Plano Saldado	set-2021	mensal	Fiança Energisa S/A	54	INPC/IPCA	+ 6,0%	6,0%	
NOTES UNITS	jul-2013	final	-	7	Dólar	+ 10,5%	10,94%	(1)
Bank of America Merrill Lynch	set-2015	final	Aval Energisa S/A	33	Libor	+ 2,45%	2,45%	(1)

1 - Possui Swap.
2 - Considera Bônus de adimplimento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2012	2011	01/01/2011
US\$ x R\$	8,94%	12,58%	-4,30%
TJLP	5,0%	6,0%	6,0%
SELIC	8,49%	11,62%	9,77%
CDI	7,28%	11,60%	9,74%
IPCA	5,84%	6,50%	5,91%
IGP-M	7,81%	5,10%	11,32%

Em 31 de dezembro de 2012, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2012</u>
2014	14.894
2015	76.181
2016	13.970
2017	11.728
2018	14.538
Após 2018	<u>39.270</u>
Total	<u><u>170.581</u></u>

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

<u>Contratos</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2015 em diante</u>	<u>2012</u>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	11	-	-	179	190
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	35	29	29	44	137
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	27	24	24	38	113
NOTES UNITS	708	-	-	-	708
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE)	-	62	62	226	350
Total	<u>781</u>	<u>115</u>	<u>115</u>	<u>487</u>	<u>1.498</u>

18 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	1ª Emissão (1)	2ª Emissão	Total
Tipo de emissão	Pública	Pública	
Data de emissão	08/11/2007	15/12/2009	
Data de vencimento	08/11/2015	15/12/2014	
Garantia	Quirografária com fiança da Energisa S/A	Quirografária	
Rendimentos	Variação Cambial + 8,85% a.a	CDI + 1,0% a.a	
TIR (taxa efetiva de juros)	Variação cambial + 8,90% a.a.	CDI + 1,06% a.a.	
Quantidade de títulos	42.000	60.000	
Valor na data de emissão	73.248	60.000	
Títulos em circulação	42.000	60.000	
Carência de Juros	6 meses	6 meses	
Data de repactuação	-	15/12/2012	
Amortizações/parcelas	3 anuais	Final	
Saldos em 2012 (2)	86.749	45.560	132.309
Circulante	29.601	95	29.696
Não circulante	57.148	45.465	102.613
Saldos em 2011 (2)	79.548	60.010	139.558
Circulante	1.160	319	1.479
Não circulante	78.388	59.691	138.079
Saldos em 01/01/2011 (2)	70.600	59.973	130.573
Circulante	1.145	313	1.358
Não circulante	69.555	59.660	129.215

(1) Possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos

(2) Deduzido de R\$705 (R\$736 em 2011 e R\$827 em 01/01/2011) referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2012 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2012 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	2012
2014	74.040
2015	28.573
Total	102.613

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

	1ª Emissão	2ª Emissão	2012
2013	141	30	171
2014	128	279	407
2015	127	-	127
	<u>396</u>	<u>309</u>	<u>705</u>

Do total de 60.000 Debêntures objeto da 2ª Emissão de Debêntures da Energisa Sergipe, 45.745 Debêntures foram repactuadas em 15/12/2012 e 14.255 Debêntures foram recompradas pela Companhia em razão do direito de vendas pelos titulares das Debêntures pelo montante de R\$14.255.

Clausulas de repactuação:

Descrição	Empresa	Data de Repactuação/ Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio	Condições
Debêntures 1ª emissão	Energisa Sergipe	A qualquer tempo a partir do sexto ano, inclusive, a contar da Data de Emissão	Não há	A Emissora poderá promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures, a qualquer tempo a partir do sexto ano, inclusive, a contar da Data de Emissão.
Debêntures 2ª emissão	Energisa Sergipe	15 de dezembro de 2012	Não há	O conselho de administração deverá deliberar sobre as condições de repactuação das Debêntures, as quais deverão ser comunicadas pela Companhia aos Debenturistas

19 Tributos e contribuições sociais

	2012	2011	01/01/2011
ICMS	15.826	14.429	13.286
Encargos Sociais	1.151	1.139	1.081
IRPJ	6.195	677	764
CSSL	6.710	2.817	2.511
PIS/COFINS	13.067	10.354	7.755
Outros	654	1.201	655
Total	43.603	30.617	26.051
Circulante	35.376	29.290	24.557
Não circulante	8.227	1.327	1.494

20 Parcelamento de impostos

Descrição	2012	2011	01/01/2011
Benefício da Lei 11.941/2009 - Refis IV	7.523	9.072	10.115
Número de parcelas	51	63	41
Parcelamento ICMS	-	35	134
Número de parcelas	-	4	16

A Companhia aderiu ao programa do Novo REFIS instituído pela Lei 11.941/2009, o qual está sendo liquidado pela prestação mínima até a consolidação dos débitos.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo desse parcelamento é no montante de R\$ 7.523 (R\$ 9.107 em 2011 e R\$10.249 em 01/01/2011).

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 01/01/2011, o saldo dos impostos parcelados no consolidado está assim programada:

	2012	2011	01/01/2011
2011	-	-	7.687
2012	-	2.078	2.534
2013	1.770	1.654	28
Após 2013	5.753	5.375	-
Total	7.523	9.107	10.249
Circulante	1.770	2.078	7.687
Não circulante	5.753	7.029	2.562

21 Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais:

A Administração da ENERGISA SE, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	2011	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	2012
Trabalhistas	15.021	3.412	(3.385)	900	15.948
Cíveis	5.208	299	(1.177)	269	4.599
Total	20.229	3.711	(4.562)	1.169	20.547
Depósitos e cauções vinculados (*)	(13.227)	-	-	-	(14.673)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$21.818 (R\$20.844 em 2011), sendo que R\$7.145 (R\$7.617 em 2011) não foram constituídas provisões, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No exercício foram pagos o montante de R\$4.621 e (R\$5.660 em 2011), sendo de indenizações trabalhistas R\$3.341 (R\$4.604 em 2011) e de indenizações cíveis R\$1.280 (R\$1.056 em 2011).

	Saldo inicial 01/01/2011	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2011
Trabalhistas	16.946	3.565	(5.582)	92	15.021
Cíveis	5.360	2.066	(2.119)	(99)	5.208
Total	22.306	5.631	(7.701)	(7)	20.229
Depósitos e cauções vinculados (*)	(14.629)	-	-	-	(13.227)

Perdas prováveis

Trabalhistas

A assessoria jurídica da Companhia, baseada na posição de advogados externos, quando aplicável, atualizou a revisão dos processos trabalhistas em andamento e, concluiu que a provisão deveria ser complementada em R\$3.412 (R\$3.565 em 2011) e revertida no montante no R\$3.385 (R\$5.582 em 2011).

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia.

Em 31 de dezembro de 2012, foi registrado complemento de provisões no montante de R\$299 (R\$2.066 em 2011) e reversão de provisões de R\$1.177 (R\$ 2.119 em 2011).

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

Perdas Possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$241.353 (R\$96.323 em 2011 e R\$42.589 em 01 de janeiro de 2011), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Referente a reclamações trabalhistas no montante de R\$6.474 (R\$8.358 em 2011 e R\$55 em 01 de janeiro de 2011), que têm por objeto a cobrança de verbas contratuais/legais por responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, bem como a cobrança de contribuição sindical.

Cíveis

Esses processos, no montante de R\$26.165 (R\$18.119 em 2011 e R\$15.988 em 01 de janeiro de 2011), têm por objeto pedido relacionados a indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores envolvendo débitos de energia.

Fiscais

Referem-se a processos, no montante de R\$208.714 (R\$69.846 em 2011 e R\$26.546 em 01 de janeiro de 2011), que têm por objeto pedido relacionados a diferenças de tributos e contribuições - IRPJ/CSLL/PIS/COFINS/INSS.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital Social e reservas de capital

O capital social subscrito e integralizado está representado por 122.147 ações ordinárias e 73.373 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto e tem prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% a.a sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2012, foi aprovado aumento de capital da Companhia em R\$10.131 (R\$8.171 em 2011), sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo acumulado até 31 de dezembro de 2011 da Reserva de incentivo fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para 329.370 (R\$319.239 em 2011).

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 450 mil ações, sendo até 150 mil ações ordinárias e até 300 mil ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições

da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

A Companhia adquiriu, para permanência em tesouraria, conforme autorizado pelo seu Conselho de Administração, 11 ações ordinárias de sua própria emissão, que se encontram registradas na rubrica "ações em tesouraria", no patrimônio líquido pelo valor de R\$18. Por se tratar de uma subsidiária integral as ações da Companhia não possuem valor de mercado.

22.2 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

22.3 Reserva de lucros - redução de imposto de renda

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Nordeste, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada para o período de 2004 a 2013, através do Laudo Constitutivo nº 0106/2005 - ADENE emitido em 31/03/2005, que impões algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia.

Em dezembro/2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e ingressou com o pedido junto à Receita Federal do Brasil em fevereiro de 2013.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apurou R\$16.392 (R\$10.131 em 2011) de redução de imposto de renda e adicionais.

22.4 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

Os dividendos propostos no encerramento do exercício foram calculados como se segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	69.051	53.184
Reserva legal	(3.453)	(2.659)
Lucro da Exploração - Benefício Fiscal ADENE	(16.392)	(10.131)
Dividendos prescritos	-	54
Lucro líquido ajustado	49.206	40.448
Dividendos obrigatórios (25%)	12.302	10.112
Dividendos antecipados pagos (*):		
. Em agosto de 2012 - R\$148,23 por ação (setembro de 2011 - R\$81,96 por ação)	28.980	16.024
. Em dezembro de 2012 - R\$64,10 por ação (dezembro de 2011 - R\$44,27 por ação)	12.532	8.655
	41.512	24.679
Dividendos adicionais propostos R\$39,35 por ação (R\$80,65 por ação em 2011) (**)	7.694	15.769
Total dos dividendos	49.206	40.448
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(*) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 09 de agosto e 20 de dezembro de 2012 (10 de agosto e 23 de dezembro de 2011) foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de novembro de 2012 (30 de junho e 30 de setembro de 2011).

(**) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08. O Conselho de Administração deliberou em 14 de fevereiro de 2012 o pagamento desses dividendos até o último dia útil de março de 2012.

23 Receitas operacionais

	2012			2011		
	Não auditado pelos auditores independentes			Não auditado pelos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	585.080	840.768	400.034	559.557	805.919	341.674
Industrial	2.677	305.736	106.060	2.744	354.938	108.616
Comercial	39.081	475.771	221.712	37.975	452.051	196.763
Rural	18.102	108.803	22.784	17.723	84.377	18.065
Poder Público:						
Federal	112	30.644	12.076	110	30.471	11.117
Estadual	4.605	62.500	25.077	4.533	62.151	23.084
Municipal	767	29.406	11.799	754	29.242	10.863
Iluminação Pública	633	149.183	28.303	565	140.347	25.369
Serviço Público	1.171	209.633	42.354	1.164	199.587	37.836
Consumo Próprio	50	2.893	-	46	2.960	-
Subtotal	652.278	2.215.337	870.199	625.171	2.162.043	773.387
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	6.656	-	-	2.765
Suprimento	2	289.993	50.184	2	304.046	22.853
Fornecimento não faturado (líquido)	-	25.463	4.508	-	2.830	6.283
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	-	55.033	-	-	48.254
Venda de energia a consumidores livres	15	-	-	10	-	-
Receita de Construção	-	-	78.086	-	-	70.483
Outras receitas operacionais	-	-	13.740	-	-	18.851
Total - receita operacional bruta	652.295	2.530.793	1.078.406	625.183	2.468.919	942.876
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	182.647	-	-	161.744
PIS	-	-	16.232	-	-	14.448
COFINS	-	-	74.769	-	-	66.552
ISS	-	-	142	-	-	169
Quota para RGR	-	-	10.234	-	-	5.817
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	3.373	-	-	2.938
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	5.738	-	-	5.095
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	21.912	-	-	29.428
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	5.396	-	-	4.701
Total	-	-	320.443	-	-	290.892
Total - receita operacional líquida	652.295	2.530.793	757.963	625.183	2.468.919	651.984

24 Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

NATUREZA DO GASTO	CUSTO DO SERVIÇO			DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	COM	DE	PRESTADO	COM	GERAIS		
	ENERGIA ELÉTRICA	OPERAÇÃO	A TERCEIROS	VENDAS	E ADMINIST.	2012	2011
Energia elétrica comprada para revenda	310.961	-	-	-	-	310.961	263.168
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	50.609	-	-	-	-	50.609	32.282
Pessoal e administradores	-	27.795	61	4.536	36.831	69.223	61.386
Entidade de previdência privada	-	2.886	-	470	3.816	7.172	1.339
Material	-	2.358	4.212	1.915	1.672	10.157	11.142
Serviços de terceiro	-	6.034	5.028	9.774	29.879	50.715	43.782
Depreciação e amortização	-	21.540	-	117	20.682	42.339	44.503
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	-	-	5.190	-	5.190	3.658
Provisões para riscos	-	(851)	-	-	-	(851)	(2.070)
Custo de construção	-	-	78.086	-	-	78.086	70.483
Outras	-	2.053	-	1.659	4.547	8.259	7.997
	361.570	61.815	87.387	23.661	97.427	631.860	537.670

25 Outros resultados

	2012	2011
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	4.699	1.427
Prejuízo na desativação/alienação de bens e direitos	(20.771)	(1.467)
Outras receitas	285	62
Total	(15.787)	22

26 Receitas e despesas financeiras

	2012	2011
Receita de aplicações financeiras	7.384	12.306
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	12.293	8.937
Atualização do contas a receber concessão - VNR	13.344	-
Outras receitas financeiras	3.077	4.360
Total receita financeira	36.098	25.603
Encargos de dívidas - juros	(55.928)	(49.740)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(37.350)	(32.623)
Transferência para ordens em curso	4.422	3.905
Ajuste valor presente ativo	1.772	93
Marcação a mercado dos derivativos	4.260	(690)
Instrumentos financeiros dos derivativos	20.766	14.014
Outras despesas financeiras	(8.395)	(11.223)
Total despesa financeira	(70.453)	(76.264)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(34.355)	(50.661)

27 Lucro por ação

A Companhia não alterou o número de ações em circulação de seu capital social. Desta forma o lucro líquido por ação básico e diluído está sendo calculado de acordo com o número de ações em circulação no final do exercício correspondente a 122.136 ações ordinárias e 73.373 ações preferenciais.

28 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Premio anual	
			2012	2011
Riscos Operacionais	23/10/2013	23.000	245	152
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2013	44.572	167	166
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros.	23/10/2013	Até R\$200 mil/veículo	84	85
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2013	48.826	226	192
			722	595

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

29 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	2012		2011		01/01/2011	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
ATIVO						
Caixa e equivalente de caixa	53.225	53.225	78.427	78.427	77.983	77.983
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	56.502	56.502	33.296	33.296	31.214	31.214
Consumidores e concessionárias	125.061	125.061	115.659	115.659	94.644	16.428
Títulos de créditos a receber e outros	11.849	11.849	12.424	12.424	16.428	16.428
Conta a receber da concessão	130.146	130.146	34.021	34.021	22.673	22.673
PASSIVO						
Fornecedores	(64.994)	(64.994)	(49.430)	(49.430)	(44.369)	(44.369)
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	(556.814)	(572.071)	(506.322)	(537.897)	(479.323)	(497.441)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 01 de janeiro de 2011, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis:

Inclui clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados:

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimento são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, avaliações a mercado e/ou taxas de juros efetiva.

Passivos financeiros pelo custo amortizado:

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas e debêntures:

Tais instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, obtidos em moeda nacional, junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, BNB e BNDES se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso dos empréstimos dos BONDS, Fundos de Investimentos em Direitos

Creditórios, 1ª e 2ª emissão de debêntures e do Bank of America Merrill Lynch, o valor contábil difere do valor justo, em face de existir um mercado de negociação para os títulos.

Derivativos

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações do valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Limitações**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia, portanto fixou limites de atuação, com montantes e indicadores pré-estabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível no website da Companhia) e no regimento interno da diretoria da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente o desempenho orçamentário e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A política de administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” foi estabelecida em 11 de maio de 2009 e teve sua primeira revisão em 27 de abril de 2010 e em 24 de fevereiro de 2011, a qual se encontra disponível no website da Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o

máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	63.031	-	-	-	1.963	64.994
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	35.054	339.994	224.782	40.685	94.394	794.909
Total	98.085	339.994	224.782	40.685	96.357	799.903

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações são realizadas com bancos de percepção de risco aderente à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". A política também privilegia a alocação dos recursos em aplicações de curto prazo e, sempre que possível, com liquidez diária. Conta ainda com a supervisão do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, constituído no primeiro trimestre de 2010.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, estão sujeitas às modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	2012	2011	01/01/2011
Caixa e equivalente de caixa	53.225	78.427	77.983
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	56.502	33.296	31.214
Consumidores e concessionárias	125.061	115.659	94.644
Títulos de créditos a receber e outros	11.849	12.424	16.428
Conta a receber da concessão	130.146	34.021	22.673

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7 e 14.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº18, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos Agentes de fomento nacionais (Eletrobrás, Banco do Nordeste e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais.

A taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face de seus negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações em função dos efeitos da volatilidade, do cupom cambial e da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, que encerrou o período findo em 31 de dezembro de 2012, com alta de 8,94% sobre 31 de dezembro de 2011, cotado a R\$2.0435/ USD.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Energisa SE em 31 de dezembro de 2012 de R\$559.017 (R\$514.178 em 2011 e R\$487.655 em 01/01/2011), R\$378.793 (R\$291.458 em 2011 e R\$258.908 em 01/01/2011) estão representados em dólares pela emissão internacional de Notes Units, cujo saldo em circulação no final do exercício, incluindo juros, era de US\$112,7 milhões (US\$107,0 milhões de principal); ii) US\$42,6 milhões (US\$42 milhões de principal) em debêntures emitidas; e (iii) empréstimo captado junto ao Bank of America Merrill Lynch, cujo saldo no final do exercício, incluindo juros da ordem de US\$30,1 milhões.

As notas Units têm vencimento em 19 de julho de 2013 e custo de US\$ + 10,5% ao ano. As debêntures incorrem ao custo de US\$ + 8,85% ao ano, e também, possuem vencimento de longo prazo, em três parcelas anuais, sendo a última prestação em 8 de novembro de 2015. O empréstimo captado tem vencimento em 21 de setembro de 2015 e custo de US\$ + (LIBOR + 2,45% aa) ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 apresenta no ativo não circulante o valor R\$15.394 (R\$6.359 em 2011 e R\$7.049 em 01/01/2011) e R\$16.089 no passivo não circulante em 2011 (R\$34.236 em 01/01/2011), a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois reflete os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações contábeis intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade do cupom cambial e da cotação do dólar, poderão implicar no aumento do valor ora contabilizado.

A Energisa SE possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

1. Proteção para o montante equivalente a US\$42 milhões de principal e US\$0,6 milhões de juros através de série de swaps cambiais com limitadores de taxa de câmbio entre R\$/US\$2,691 (Nov-12) e R\$/US\$ 2,61 (Nov-13) pelo prazo até 08/11/2013, visando a proteção da emissão de debêntures contra variação cambial adversa, realizando assim um swap do custo de US\$ + 8,85% a.a. por 120,6% da variação do CDI, protegendo os pagamentos de juros previstos até 08/11/2013 bem como o valor do principal nesta última data.

2. Proteção para o montante equivalente a US\$107,0 milhões de principal e US\$5,7 milhões de juros através de séries de Swaps Cambiais com limitadores de taxa de câmbio entre R\$/US\$ 2,7150 (Jul-12) e R\$/US\$ 2,58 (Jul-2013) pelo prazo até 19/07/2013, referente emissão internacional de Notes Units. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + 10,5% a.a. por 131,5% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos até 19/07/2013 bem como o valor do principal nesta última data.

3. Proteção para o montante equivalente a US\$30,1 milhões de principal e de juros através de séries de Swaps Cambiais com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,90 e pelo prazo até 21/09/2015, referente ao empréstimo captado junto ao Bank of America Merrill Lynch. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + (LIBOR + 2,45% aa) ao ano por 100% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos até 21/09/2015 bem como o valor do principal nesta última data.

No período, os mecanismos de proteção cambial auferiram um resultado positivo de R\$20.766 (R\$14.014 em 2011), decorrente de uma apreciação do dólar.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Em consonância com a Deliberação CVM no 550/08, revogada pela Deliberação CVM 603/09, apresentam-se resumidamente abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 01/01/2011, que podem ser assim resumidos:

	Instrumentos Financeiros de Derivativos								
	Valor de Referência			Descrição	Valor Justo			Efeito Acumulado	
	2012	2011	01/01/2011		2012	2011	01/01/2011	A Receber/ (Recebido)	A Pagar/ (Pago)
	Nocional (BRL)			Posição Ativa					
				Moeda Estrangeira-USD	333.105	321.774	300.657	-	(1.192)
Swap com opções - Bond e Debenture	227.728	251.010	276.389	Posição Passiva					
				Taxa de Juros CDI	(319.734)	(327.262)	(323.707)	-	-
				Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(106)	(4.242)	(4.137)	-	-
					13.265	(9.730)	(27.187)		
				Posição Ativa					
				Moeda Estrangeira-USD	64.174			-	
Swap com Opções Merrill Lynch	60.690			Posição Passiva					
				Taxa de Juros CDI	(60.770)			-	-
				Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(1.275)			-	(511)
					2.129			-	-

O Valor Justo dos derivativos registrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados descritos acima. Esses contratos não prevêem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possui expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Energisa SE foi calculada utilizando-se metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar foram obtidas de outras fontes de mercado.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, que revogou a Deliberação nº 566/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, com a simulação dos efeitos nas informações contábeis intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para data base das informações contábeis intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)(*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Debêntures		US\$	8.594	(13.929)	(36.453)
Swap com Opções:					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	92.525	Alta do US\$	89.822	112.278	134.734
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(88.024)		(88.024)	(88.024)	(88.024)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(84)				(21.687)
Subtotal	4.417		1.798	24.254	25.023
Líquido	4.417		10.392	10.325	(11.430)
Instrumentos financeiros - Bond			3.579	(55.671)	(114.921)
Swap com Opções:					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	240.580	Alta do US\$	236.998	296.248	355.497
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(231.711)		(231.711)	(231.711)	(231.711)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(21)			(1.340)	(59.140)
Subtotal	8.848		5.287	63.197	64.646
Líquido	8.848		8.866	7.526	(50.275)
Instrumentos financeiros - Empréstimos			9.278	(4.577)	(18.431)
Swap com Opções:					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	64.174	Alta do US\$	55.417	69.271	83.125
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(60.770)		(60.770)	(60.770)	(60.770)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(1.274)				(4.677)
Subtotal	2.130		(5.353)	8.501	17.678
Líquido	2.130		3.924	3.924	(753)
Total	15.395		23.183	21.775	(62.458)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2012, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2012, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$ 23.183, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, em determinados cenários de deterioração do real frente ao dólar, com 25% e 50% de desvalorização do real, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes positivo de R\$21.775 e negativo de R\$62.458, respectivamente.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados as taxas de juros de 31 de dezembro de 2012 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 7,25% a.a., a TJLP = 5% a.a. e FNE = 8% a.a.) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos o resultado financeiro líquido, seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	88.614	Alta CDI	6.688	8.363	10.039
Instrumentos financeiros passivos:					
	(62.437)	Alta CDI	(5.595)	(6.724)	(7.873)
Empréstimos e financiamentos	(9.491)	Alta TJLP	(873)	(997)	(1.120)
	(32.725)	Alta FNE	(4.017)	(4.508)	(4.999)
Subtotal (**)	(104.653)		(10.485)	(12.229)	(13.992)
Total (Perdas)	(16.039)		(3.797)	(3.866)	(3.953)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2013 (7,25% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro 2012, TJLP 5% a.a e recursos do FNE de 8% a.a. (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste, já refletindo bônus de adimplemento).

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$291.648.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	2012	2011	1/1/2011
Ativos				
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	56.502	33.296	31.214
Instrumentos financeiros derivativos	2	15.394	6.359	7.049
Passivos				
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	(16.089)	(34.236)

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o período em referência e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

30 Benefícios a empregados

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

O plano de benefício previdenciário mantidos pela Energisa SE (Inergus) na modalidade de benefício definido, regularmente apresentava déficit atuarial.

Durante o exercício de 2009, na busca do equacionamento desses planos a Administração apresentou e conseguiu aprovação junto a Secretaria de Previdência Privada das seguintes alterações dos referidos planos:

1. Fechamento dos Planos de Benefícios Definido (BD) para novos participantes.
2. Criação dos Planos Saldados (PS) para o qual poderão migrar os atuais participantes ativos; e
3. Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para os planos (PS).

Os participantes que optaram pela migração para os planos (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação dos planos foi objeto de contrato de assunção de dívida pela patrocinadora Energisa Sergipe com o respectivo fundo patrocinado - Inergus. Em função de suas características, o plano (PS) não será objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadora, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pela patrocinadora.

O plano (CD) se caracteriza por ser conhecido o valor das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pela patrocinadora e dos resultados financeiros obtidos do investimento realizado pelos administradores do plano. Dessa forma, o plano nessa modalidade não gera para a patrocinadora passivo em razão de desequilíbrio atuarial.

A Energisa SE também firmou contrato de assunção dívidas com relação ao déficit atuarial dos Planos de benefício definido (BD) e plano saldado (PS) no montante de R\$25.126 e R\$27.426 respectivamente. Os saldos dos contratos em 31 de dezembro de 2012 são de R\$30.169 e (R\$23.430 em 2011 e R\$24.107 em 01/01/2011) e R\$26.809 (R\$23.518 em 2011).

Abaixo demonstrativo dos planos de pensões e aposentadoria:

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição anual			% s/folha de pagamento	Déficit atuarial (*)		
		2012	2011	01/01/2011		2012	2011	01/01/2011
Energisa SE	BD	895	575	148	10	(23.055)	(18.779)	(16.160)
Energisa SE	CD	905	687	393	3	-	-	-
Energisa SE	PS	458	245	3.314	-	(37.855)	(24.186)	(21.164)
						(60.910)	(42.965)	(37.324)

(*) A Companhia possui contratos de assunção de dívidas, registrados na rubrica de empréstimos e financiamentos.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário externo, contratado pelo INERGUS, o qual emitiu parecer, sem apresentar comentário que representem qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração dos planos.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria de benefício definido, em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 01/01/2011, de acordo com as regras

estabelecidas pela Deliberação 600 da CVM. O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

	2012		2011		01/01/2011	
	PS (*)	BD (*)	PS (*)	PS (*)	BD (*)	PS (*)
Valor presente das obrigações atuariais	(50.759)	(107.241)	(32.347)	(32.347)	(25.725)	(82.632)
Valor justo dos ativos do plano	12.904	51.786	8.161	8.161	4.561	54.742
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos (Ganhos) perdas atuariais não reconhecidos	(37.855)	(55.455)	(24.186)	(24.186)	(21.164)	(27.890)
	-	32.400	-	-	-	11.730
Ativo (passivo) líquido	(37.855)	(23.055)	(24.186)	(24.186)	(21.164)	(16.160)

(*) Parte do déficit está suportado por contrato de assunção de dívida firmado com o Inergus.

Demonstração das despesas do Plano de benefício Inergus, para o exercício de 2013, segundo critérios da Deliberação 600 da CVM:

	PS	BD
Custo do serviço corrente	1.890	1.207
Custo dos juros	4.797	9.700
Rendimento esperado do ativo do plano	(888)	(3.350)
Perdas atuariais não reconhecidas	-	576
Contribuições dos empregados	-	(791)
Despesas previstas para 2013	5.799	7.342

Demonstração da movimentação do passivo atuarial da patrocinadora líquido do exercício:

	2012		2011		01/01/2011	
	PS	BD	PS	BD	PS	BD
Passivo atuarial líquido no início do exercício	24.186	18.779	21.164	16.160	21.627	14.061
Despesas correntes	4.157	5.237	3.625	3.240	3.440	2.657
Contribuições da Companhia	-	(961)	-	(621)	-	(558)
Impacto decorrente de redução no plano de benefício	9.512	-	(603)	-	(3.903)	-
Passivo atuarial líquido do final do exercício	37.855	23.055	24.186	18.779	21.164	16.160

Os ativos dos planos são:

	PS			BD		
	2012	2011	01/01/2011	2012	2011	01/01/2011
Cotas de fundos de renda fixa	11.291	7.028	3.639	32.669	46.610	51.817
Cotas de fundo de renda variável	863	360	-	2.817	2.412	-
Investimentos imobiliários	-	-	-	1.160	1.172	1.177
Ações	-	-	-	475	446	223
Outros	629	542	680	356	406	3.119
	12.783	7.930	4.319	37.477	51.046	56.336

Em 31 de dezembro de 2012 a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	PS	BD
Valor justo dos ativos no início do exercício	8.161	49.354
Benefícios pagos	(653)	(9.773)
Contribuições de participantes vertidas no ano	-	880
Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	-	961
Rendimento efetivo dos ativos	773	4.457
Ganhos (perdas) atuariais dos ativos	4.623	5.907
Valor justo dos ativos no final do exercício	12.904	51.786

Em 31 de dezembro de 2012 a demonstração do valor presente das obrigações é apresentada como segue:

	PS	BD
Saldo no início do exercício	32.347	88.318
Benefícios pagos no ano	(653)	(9.773)
Juros sobre obrigação atuarial	3.596	9.306
Custo do serviço corrente (com juros)	1.334	1.277
Ganhos (perdas) nas obrigações atuariais	14.135	18.113
Saldo no final do exercício	50.759	107.241

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial, em 31 de dezembro de 2012:

Hipóteses Econômicas

	PS e BD
Taxa de desconto atuarial	3.75% a.a.
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,8% a.a. (com efeito da inflação)
Reajuste do benefício	0% a.a.
Crescimento salarial	0,5% a.a.
Inflação projetada	4,50% a.a.

Hipóteses Demográficas

	PS e BD
Tábua de mortalidade	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	IAPC

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa SE aos seus empregados:

	PS	BD
Participantes Ativos		
Número	593	75
Idade Média	38,82	42,09
Tempo de participação (anos)	12,84	15,32
Salário de Participação Médio	R\$0,730	R\$2,524
Participantes Assistidos		
Número	20	360
Idade Média	55,90	63,14
Benefício Médio Mensal	R\$2,530	R\$1,769
Pensionistas		
Número de Pensionistas	2	98
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$0,465	R\$0,975

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadora regulada pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou

obrigação pós-emprego com esses empregados. No exercício de 2012 as despesas com esse benefício foram de R\$8.284 (R\$2.179 em 2011).

31 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia:

Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
2013 a 2045	238.294	243.234	262.067	280.229	264.259	4.677.676

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2012 e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

32 Contrato de concessão de distribuição

A Energisa SE assinou em 23 de dezembro de 1997, com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 23 de dezembro de 2027.

33 Meio ambiente

A Energisa mitiga os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que compõem o Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança - SGMAS - que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, dentre as quais merecem destaque:

1. Implantação de redes isoladas e protegidas: são usados cabos isolados nas redes de baixa tensão e protegidos na rede de média tensão, reduzindo significativamente a necessidade de poda. Além disso, os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico, reduzindo a necessidade de supressão vegetal e a poluição visual com a instalação de aproximadamente 298,3 Km de rede de baixa e média tensão;
2. Operacionalização do Sistema de Gestão integrada de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, que atende aos requisitos estabelecidos pelas OHSAS 18.001 - Saúde e Segurança e ISO 14.001 - Meio Ambiente. Esse sistema possibilita que a Energisa SE controle e mitigue as condições de risco em suas atividades diárias de forma a prevenir acidentes, doenças do trabalho e impactos ambientais;
3. A continuidade da Gestão de Resíduos Sólidos, com foco, principalmente, nos resíduos perigosos, como por exemplo, a descontaminação ambientalmente adequada de lâmpadas inutilizadas, oriundas de suas atividades, que contém na sua composição o "mercúrio";
4. A realização sistemática de procedimentos referentes à obtenção dos novos licenciamentos ambientais, assim como, monitoramento e controle das renovações das licenças de operação - LO - das instalações em operação.
5. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, a empresa possui procedimentos para manuseio, transporte, tratamento e destinação final destes resíduos. A companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma a regeneração de óleos minerais isolantes (OMI) e dos resíduos oriundos da própria regeneração desses óleos utilizados em seus equipamentos, assim como faz uso do sistema, desenvolvido a partir de um projeto de P&D, que realiza, em um único processo, a regeneração do OMI, a secagem do OMI regenerado e a

recuperação do agente adsorvente utilizado, que, no nosso caso, é a bauxita, garantindo a reutilização deste material, reduzindo a geração de resíduos perigosos impregnados com óleo e evitando a poluição do meio ambiente;

6. Tratamento de lâmpadas inservíveis: a Energisa Sergipe possui procedimento para o correto tratamento de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente descartada das suas instalações próprias e da infraestrutura de iluminação pública;
7. Desenvolvimento de campanhas interna e externa de redução de consumo de água e energia (com distribuição de cartilhas compostas por dicas de conservação de energia e água), educação com base nos 3Rs (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da Semana do Meio Ambiente e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores) e externa (Programa Energia Total, campanhas na mídia e Programa Zé da Luz na Escola);
8. No tocante à conscientização ambiental, a Energisa Sergipe promove palestras sobre uso racional de energia elétrica e uso racional da água, utilizando-se dos Programas Zé da Luz na Escola e Energia Total, além de disponibilizar oficina de reciclagem durante a realização do Programa Energia Total, fomentando, além da redução de resíduos no meio ambiente, a geração de renda para as pessoas das comunidades assistidas com a venda dos produtos que aprendem a fazer nas oficinas. A Energisa Sergipe promove, ainda, palestra de conscientização sobre uso racional de energia elétrica quando recebe visitas de estudantes às instalações da empresa.
9. Realização periódica de inspeção de desempenho ambiental em suas instalações, assim como elaboração de plano de melhorias ambientais e acompanhamento do seu Índice de Desempenho Ambiental (IDA). Além de capacitação de funcionários através de cursos ambientais específicos, participação em comitês de meio ambiente e em eventos diversos sobre questões relacionadas ao meio ambiente.
10. Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental, como por exemplo, no caso de destinação final ou tratamento de resíduos perigosos são exigidos licença de operação e certificado de destinação ou tratamento desses resíduos e, para aqueles que são transportados é exigida a licença de operação da empresa para o transporte desses resíduos;
11. Eficiência Energética, que contribuiu para a educação da população quanto ao uso racional e eficiente da energia elétrica, a redução do desperdício de energia elétrica, com a substituição de lâmpadas eficientes, doação de equipamentos eficientes e adequação das instalações elétricas internas, e, em casos específicos, implantação do padrão de entrada em comunidades de baixo poder aquisitivo. É utilizada a Unidade Móvel da Energisa, veículo altamente preparado com equipamentos que proporcionam à empresa promover palestras sobre uso adequado de equipamentos, uso racional de energia elétrica e experiências elétricas, as quais servem para que crianças e jovens sejam conscientizados acerca dos riscos de manuseio da energia;
12. A continuidade da coleta seletiva dos resíduos gerados na empresa como uma das fases da Gestão dos Resíduos Sólidos da Energisa Sergipe. Os resíduos recicláveis segregados e recolhidos na empresa são doados para uma Cooperativa de Catadores do Estado que faz a devida reciclagem, o que promove também a geração de renda, além de reduzir a inserção de resíduos no meio ambiente.
13. Aquisição de caminhão equipado com triturador e caçamba adaptada para armazenar grandes volumes de galhos triturados. Os resíduos são armazenados prontos para a compostagem para reaproveitamento de material. Está em andamento, uma parceria com o poder público municipal para entrega destes resíduos a fim de que possam ser reaproveitados;
14. Participação no Comitê de Arborização, órgão da administração pública municipal que trata das questões referentes ao convívio harmonioso da arborização com a infraestrutura existente na área urbana e rural do município, dentre os quais, a rede elétrica.

Ainda em relação à Gestão do Meio Ambiente, a Energisa Sergipe, em 2012, deu continuidade e implementou diversos programas e práticas, que totalizaram, entre despesas operacionais e investimentos, o valor de aproximadamente R\$18.657 (R\$11.963 em 2011), sendo R\$110 (R\$214 em 2011) relativo às despesas operacionais e R\$18.547 (R\$11.749 em 2011) relativos a investimentos que evidenciam o compromisso da empresa com a responsabilidade socioambiental e com o desenvolvimento sustentável. Além da implantação de redes isoladas e protegidas, operacionalização do Sistema de Gestão integrada de Saúde, continuidade da Gestão de Resíduos Sólidos, criação do COGESA - Comitê de Gestão Socioambiental, em substituição ao CIGMA, que como refinamento, traz a ampliação da abrangência de atuação ambiental para socioambiental, realização sistemática de procedimentos referentes à obtenção dos novos licenciamentos ambientais, disposição e tratamento de resíduos, tratamento de lâmpadas inservíveis, desenvolvimento de campanhas interna e externa de redução de consumo de água e energia, inspeção de desempenho ambiental em suas instalações, assim como elaboração de plano de melhorias ambientais e acompanhamento do seu Índice de Desempenho Ambiental (IDA) sustentável.

As informações não financeiras não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

34 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2012, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2012	2011	01/01/2011
Atualização contas a receber da concessão - VNR	13.344	-	-
Fornecedores	5.902	-	-
Dividendos a pagar		8.655	54
Capitalização de reservas	10.131	8.171	-

35 Evento subsequente

Redução das tarifas de energia elétrica

O Governo Federal editou em 11 de setembro de 2012 a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783 que dentre outros veio reduzir os encargos setoriais: (i) eliminação da RGR (Reserva Global de Reversão) e da CCC - Custo de consumo de combustíveis e redução de 75% dos custos da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária.

Os custos da CCC - Conta de Consumo de Combustíveis - CCC serão providos pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE criada pelo Governo Federal para desenvolvimento energético dos Estados.

A redução dos preços das tarifas de energia elétrica não causarão impactos diretos no resultado da Companhia em face da diminuição da receita ter contrapartida nos dos encargos setoriais e nos impostos incidentes sobre as vendas.

Em 24 de janeiro de 2013 foi efetuada uma revisão tarifária extraordinária com estabelecimentos de novas tarifas aos consumidores.

Segue as reduções efetuadas nas tarifas:

Efeito Médio para o Grupo A			
Subgrupo/Classe	Tarifa Média Anterior	Tarifa Média Nova	Efeito Médio (%)
A3 (69 kV)	195,62	149,58	-23,53%
A4 (2,4 a 44 kV)	271,85	217,58	-19,96%

Efeito Médio para o Grupo B			
Subgrupo/Classe	Tarifa Média Anterior	Tarifa Média Nova	Efeito Médio (%)
B1 - Residencial	353,69	290,03	-18,00%
B2 - Rural	221,75	181,84	-18,00%
B3 - Demais Classes	353,81	290,15	-17,99%
B4 - Iluminação Pública	182,35	149,52	-18,01%

Efeito Médio para a Distribuidora			
Subgrupo/Classe	Tarifa Média Anterior	Tarifa Média Nova	Efeito Médio (%)
Consumidores Cativos	301,12	244,33	-18,86%

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.
Aracaju - SE

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("*IFRS*"), emitidas pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas *IFRS*, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, apresentados para fins de comparação, preparadas originalmente antes dos ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa nº 3.3, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 8 de março de 2012, sem nenhuma modificação. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, examinamos também os ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa nº 3.3, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011. Em nossa opinião, tais ajustes e reclassificações são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar nenhum outro procedimento sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião nem nenhuma forma de asseguarção sobre as referidas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 5 de março de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "S" SE

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4 "S" SE

Declaração dos Diretores da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do exercício 2012

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Aracaju, 05 de março de 2013.

Gioreli de Souza Filho
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis
Diretor de Suprimentos e Logística

Antonio José Maciel de Medina
Diretor de Gestão de Pessoas

Amaury Antônio Damiance
Diretor Técnico e Comercial

Declaração dos Diretores da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Aracaju, 05 de março de 2013.

Gioreli de Souza Filho
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis
Diretor de Suprimentos e Logística

Antonio José Maciel de Medina
Diretor de Gestão de Pessoas

Amaury Antônio Damiance
Diretor Técnico e Comercial